

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ana Carolina Fernandes de Araújo

**LUSOS EM TERRAS SÍNICAS PELAS CENTÚRIAS XVI-XVII:  
O CASO DE MACAU**

**Brasília - DF**

**2023**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Ana Carolina Fernandes de Araújo

**LUSOS EM TERRAS SÍNICAS PELAS CENTÚRIAS XVI-XVII:  
O CASO DE MACAU**

Monografia apresentada ao departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról.

**Brasília - DF**

**2023**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Ana Carolina Fernandes de Araújo

### **LUSOS EM TERRAS SÍNICAS PELAS CENTÚRIAS XVI-XVII: O CASO DE MACAU**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História, pela seguinte banca:

---

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguerol.

Orientador

Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Antônio José Barbosa

Universidade de Brasília

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Universidade de Brasília

*Dedico este trabalho ao meu pai  
(in memoriam), o homem que me  
ensinou a importância dos breves  
momentos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família, sobretudo aos meus queridos pais e aos meus solícitos irmãos, que foram o meu maior incentivo e motivação nesse longo caminho.

Agradeço ao meu noivo, a pessoa que detém o meu carinho e coração.

Agradeço aos meus amigos, os quais eu tive o prazer de conhecer ao longo do curso: Caio, Gabriella, Josué, Lucas, Matheus, e Vinícius

Agradeço aos meus amigos de longa data, Hellen e Ítalo, por sempre estarem dispostos a me ouvir e ajudar nas vicissitudes e desventuras da vida.

Agradeço ao meu orientador Luiz Paulo Ferreira Nogueiról que, junto a mim, aprendeu um pouco mais sobre a China. Obrigada por fazer desse projeto uma jornada empolgante.

Agradeço, por fim, aos servidores, professores e prestadores de serviço da UnB. Foi uma feliz caminhada graças a todos vocês.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a presença portuguesa em Macau durante os séculos XVI e XVII. Partindo das perspectivas de ambos os grupos de atores envolvidos, isto é, portugueses e chineses. Contudo, por conta da difícil procura de documentos chineses traduzidos e o grande número de trabalhos e documentações portuguesas dispostas para pesquisa, a perspectiva chinesa é apresentada de uma forma menos extensa e aprofundada. Nessa pesquisa busca-se compreender os contatos feitos e as impressões de um para com o outro. Além disso, observa-se a dinâmica da cidade diante dos distintos interesses, que culminaram numa comunidade heterogênea que compartilhou os frutos do comércio estabelecido em terras sínicas entre a Ásia e a Europa. A partir de uma bibliografia que aborda tanto a visão chinesa quanto a portuguesa sobre a experiência do estabelecimento luso em Macau, pode-se entender que tal fenômeno possuiu um caráter único, não se relacionando com os eventos ocorridos nas colônias portuguesas no Brasil, na África ou no Oriente, como no Timor. O estudo também se concentra nas trocas comerciais feitas entre Macau e Japão, que ocorreu por intermédio dos ibéricos, uma vez que China e Japão eram inimigos um do outro. Por fim, trata-se da Misericórdia de Macau, sua função na sociedade macaense e o papel fundamental que as mulheres exerceram na sobrevivência do enclave português na Ásia.

**Palavras-chave:** Enclave português; Macau; Comércio português; Santa Casa de Macau.

## ABSTRACT

This paper aims to investigate the Portuguese presence in Macau during the XVI-XVII centuries. Based on the perspectives of both national groups, i.e, Chinese and Portuguese. However, due to the difficulty in finding translated Chinese documents and the large number of Portuguese works and documents available for research, the Chinese perspective is presented in a less extensive and in-depth way. This research seeks to understand the contacts made and the impressions of one towards the other. In addition, we observe the dynamics of the city in the face of different interests, which culminated in a heterogeneous community that shared the fruits of trade established in Sinic lands between Asia and Europe. Based on a bibliography that addresses both the Chinese and Portuguese views on the experience of the

Portuguese establishment in Macau, one can understand that such a phenomenon had a unique character, unrelated to the events that occurred in the Portuguese colonies in Brazil, Africa or Timor. The study also focuses on the trade between Macau and Japan, which occurred through the Iberians, since the Asian countries were enemies of each other. Finally, it deals with the Misericórdia of Macau, its function in Macaense society, and the role that women played in the survival of the Portuguese enclave in Asia.

**Keywords:** Portuguese enclave; Macao; Portuguese trade; Santa Casa of Macao.

## **SUMÁRIO**

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1: Os fok-lang-ki nas terras adjacentes do Império Celestial</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 2: Um Elo entre os Impérios Chinês e Japonês</b>	<b>26</b>
<b>Capítulo 3: A Santa Casa da Misericórdia em Macau</b>	<b>35</b>
<b>Conclusão</b>	<b>45</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>47</b>



## INTRODUÇÃO

Em algum ponto do século XVI, portugueses e chineses puderam experimentar uma nova conjuntura social, cultural e econômica, da qual se beneficiaram ambas as partes. Para os lusos, estar em uma região do mundo nova e diferente da sua era algo um tanto corriqueiro, uma vez que, desde o século anterior, a expansão marítima ibérica cresceu em um nível exponencial, alcançando novos continentes. E é a partir dessas viagens e seus relatos que, os portugueses, tomam conhecimento sobre o Oriente. A obra de Marco Polo "As Viagens", datada no final do século XIII, foi uma das maiores inspirações para o crescimento das viagens marítimas, realizadas pelos ibéricos, rumo ao extremo oriente, a fim de encontrar as supostas maravilhas que lá estavam.

No entanto, enquanto os ibéricos se abriam para novas empreitadas, os chineses viviam de portas fechadas. O alcance dessas maravilhas não se encontrava à vista dos portugueses, o que acabou por fazer com que se submetessem a diversas tentativas para alcançar esse almejado sonho. Em Macau, a sorte lhes é oferecida, e o que se encontrava no plano dos desejos começa a tomar forma. Uma grande rede comercial vai se formando, e não apenas por mãos chinesas e lusas, mas asiáticas em grande parte. Foi-se criando uma nova economia para a região que, inicialmente, se encontrava em profunda carestia. A presença dos portugueses trouxe melhorias em alguns setores da economia chinesa, mas, em troca, provocou uma série de preocupações para os habitantes locais.

Essa relação é marcada por ganhos e perdas e, em algumas situações, os ganhos falaram mais alto. Em razão de uma vida melhor, muitos chineses contrariaram as ordens de seu imperador com a finalidade de ajudar o estabelecimento dos ibéricos em suas terras. Da religião ao comércio, as trocas influenciaram uma boa parte da população de Macau, o que fez com que as autoridades mandarínicas proibissem os seus compatriotas de ter qualquer contato com os estrangeiros. E quando esses forasteiros tomavam posturas inadequadas e sem apreço pelos mandarins, a sua estadia se tornava difícil. A dependência dos portugueses era percebida pelos sínicos, que se aproveitavam disso para subjugar os lusos nos momentos que julgavam oportuno. Este é um dos argumentos que fortalece a teoria de que Macau não foi uma colônia portuguesa, mas se tratou de um assentamento concedido em favor dos interesses da China.

A vinda para um novo mundo, que não desejava sua presença, foi realizada com custo pelos portugueses, mas estes descobriram como atrair a poderosa China para os seus planos comerciais. A prata foi o objeto de valor mais requisitado pelos chineses, estes que viram no

negócios com os lusos, a chance de suprir seu enorme apetite. O Império do Meio também oferecia produtos bastante valorizados pela Europa e Ásia, um dos motivos da vassalagem dos reis de alguns de seus países vizinhos. A Seda chinesa foi um artigo desejado em todo o mundo comercial, chegando aos territórios do Japão, da Europa e do México. A rota marítima da Seda conectou o mundo, transportando além de produtos, pessoas e ideias. Na arte Namban (originalmente japonesa) pode-se enxergar esses contatos feitos entre seus integrantes tão heterogêneos, que resultaram nessa inédita combinação.

As marcas deixadas pelos ibéricos no território de Macau são percebidas no decorrer da história, quando os chineses se vêem inseridos nessa nova configuração da sociedade macaense. Instituições e papéis políticos e sociais são instaurados no local, resultando numa mutação que compreende ambas as culturas. Há uma mistura singular de povos e costumes que transformou o lugar num mundo próprio, que obedece às próprias leis. É nesse cenário que surge uma comunidade multicultural que apresenta elementos díspares que, de certa forma, se combinaram, formando algo ímpar. Essa experiência mostra a grande flexibilidade e adaptação dos indivíduos de Macau, que constituíram uma cidade tão diversificada.

Cada indivíduo - homem, mulher ou criança - desempenhou funções diversas para que o funcionamento da sociedade fosse assegurado. Do casamento aos negócios, as mulheres asiáticas foram elementos fundamentais para a reprodução desse sistema. A família era o centro do estabelecimento português na península de Macau e, ao endossar o assentamento, contribuiu para a longevidade da permanência destes estrangeiros que, em algum momento posterior, criaram raízes nessas terras. Voltar para a Europa não era uma garantia e, muitos dos que foram para Macau com a intenção de fazer negócios, não retornaram mais ao seu país de origem. Estar longe do alcance do poder monárquico do seu país natal fez com que os ibéricos estivessem sob a jurisdição dos chineses, não podendo recorrer ao rei durante as situações de dificuldade.

A pintura fantasiosa desse distinto continente fez com que muitos homens quisessem se aventurar nessa difícil e - às vezes mortal - viagem em águas tão perigosas, que corroborou na massiva presença portuguesa ao redor do mundo. Na China, o que se sucedeu foi de caráter tão singular e único que se deu origem a alguns debates sobre o tipo de presença que os portugueses estabeleceram nessas terras. Tal evento se relaciona com o mesmo feito no Brasil e África? Houve uma dominação? Várias questões surgem a fim de se compreender esse fenômeno, mas há dificuldade em respondê-las, principalmente quando levado em consideração apenas uma das duas perspectivas, o que pode ser superado a partir de um

trabalho que se preocupe em dar voz não só ao que dizem os documentos de origem europeia, mas atentando-se ao estudo das interpretações asiáticas.

Este trabalho preocupa-se em observar o desenvolver dessa história respaldando em ambas as visões, numa tentativa de desvendar o objeto de estudo de uma forma menos facciosa. A partir do panorama asiático, pode-se descobrir novas visões e novas histórias, as quais contam com as impressões tidas do outro, este que sempre foi o personagem principal de tantas memórias. Entender no que os chineses acreditavam e difundiam entre eles sobre esses novos estrangeiros em suas terras, ajuda na compreensão de muitos fatos históricos, os quais, quando vistos por um único ângulo, não apresentam a complexidade que a realidade sempre possui. Grande parte dos movimentos dos ibéricos foram em resposta a atitudes sínicas, estas que moldaram o relacionamento entre ambas as partes. Com isso, aventurar-se nesse estudo pode ser esclarecedor e inovador, ao iluminar os dois lados do mundo.

## Capítulo 1: Os *fok-lang-ki* nas terras adjacentes do Império Celestial

A partir do século XVI, especificamente no ano de 1513, a presença portuguesa foi detectada na costa da China<sup>1</sup>. O mercador Jorge Álvares é tido como o primeiro visitante europeu que desembarcou na região, chegando por via marítima<sup>2</sup>. Desde então, os portugueses foram tomando cada vez mais espaço nessas terras e conquistando o seu lugar. Contudo, todo esse processo foi extremamente dificultado pelos locais, uma vez que não se confiava em estrangeiros. Os portugueses chegaram a fazer algumas visitas à China, a fim de que se garantisse relações comerciais formais com o imperador chinês, mas nenhuma delas foi bem sucedida<sup>3</sup>. O Império Celestial – modo como os próprios chineses denominavam seu país, durante esse período – encontrava-se bastante inacessível para os estrangeiros. Apenas os representantes dos países vassallos à China tinham a permissão para se encontrar com o imperador. Em 1520, Thomé Pires tentou alcançar esse feito, porém, sua missão falhou devido aos maus comportamentos de seus companheiros e pelas intrigas feitas pelo enviado de Malaca para a China<sup>4</sup>. Este enviado era o embaixador do rei de Malaca, que andava pela China durante aquele período por ser seu vassalo<sup>5</sup>.

No Oriente, os portugueses tomaram conhecimento da China a partir das viagens à Malaca, onde se encontravam com chineses comerciantes e fugitivos. Vale ressaltar que a filosofia confuciana da época Ming (1368-1644) decretava que ser comerciante era a pior categoria para se ocupar na ordem social. Em primeiro lugar vinha a nobreza (*simim*), em seguida o camponês (*shi*), depois o artesão (*nong*) e por último o comerciante (*shang*)<sup>6</sup>. Apesar do estigma, muitos chineses se tornaram comerciantes e saíram de suas terras nativas a fim de ter um melhor sustento, uma vez que a China passava por uma grande pobreza no século XVI. Muitas pessoas morriam de fome em diversas áreas e os corpos dos famintos se encontravam por todo lugar. Tamanha era a fome durante o século XVI, que muitos homens recorreram ao canibalismo para sobreviver<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> FOK, Kai Cheong. The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011, p. 41

<sup>2</sup> *Ib.*, 2011, p. 41

<sup>3</sup> *Ib.*, 2011, p.41

<sup>4</sup> FOK, Kai Cheong. Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p. 5-12, abril/junho. 1995. p. 5.

<sup>5</sup> BARROS, João de, **III Década da Ásia**. Lisboa: [s.n.], parte II, livro VI, pp. 16-8.

<sup>6</sup> BROOK, T.; JUN FANG; XIULI WANG. **The confusions of pleasure: commerce and culture in Ming China / Zong le de kun huo : Ming dai de shang ye yu wen hua**, Guilin Shi: Guangxi Shi Fan Da Xue Chu Ban She, 2016, p. 90.

<sup>7</sup> *Ibidem*, 2016, p. 120.

Alguns destes pobres comerciantes viviam exilados em Malaca e, por estarem longe de seu país havia alguns anos, todas as informações que os portugueses conseguiram eram desatualizadas<sup>8</sup>. Os lusos sabiam muito pouco sobre a China, mas os chineses tiveram informações mais corretas sobre os estrangeiros que desejavam adentrar seu território.

Quando os ibéricos capturaram um dos principais centros comerciais de Malaca em 1511, massacraram a grande parte da comunidade de comerciantes chineses que lá viviam. Essa memória chinesa perdurou por muito tempo e, um século depois, foi relemburada por Zhang Xie, um autor local que diz:

Antigamente dizia-se que as pessoas ao longo da costa temiam o dragão tartaruga (crocodilo). Ele fica a quatro mãos alto, tem quatro patas, corpo escamoso e dentes longos e salientes. Ele morde as pessoas sempre que encontra elas, e ninguém pode escapar da morte. Nas montanhas, eles temem o tigre preto (leopardo). Ele é um pouco menor que um tigre, mais ou menos como a forma humana. Ele se infiltra nos mercados em plena luz do dia e se descoberto é capturado e morto. Hoje estes poderiam, juntamente com os portugueses, ser chamados de “os três terrores de Malacam.”<sup>9</sup>

A fama que os portugueses possuíam na China não era nada boa. Os habitantes locais fomentaram muitas teorias sobre os recém-chegados, pois, aos seus olhos, estes não passavam de "bandidos do mar"<sup>10</sup>. Denominados como *fok-lang-ki*, os portugueses eram acusados de serem canibais e de roubarem jovens para os comer assados:

Assim, os portugueses procuravam secretamente comprar crianças com mais de dez anos de idade para as comer. Cada uma custava 100 dinheiros. Isto encorajou os jovens maus de Cantão a raptar crianças, sendo o número de crianças comidas muito grande. O método de preparação da criança era, primeiramente, ferver sopa numa enorme panela de ferro e colocar a criança, que se encontrava presa numa jaula de ferro, lá dentro. Depois de fervida, a criança era retirada e esfolada com uma escova de ferro. A criança, ainda viva, era morta cozinhada, depois de desventrada[sic]<sup>11</sup>.

A obra chinesa que pode ter sido a primeira a retratar os chineses como canibais é a *Yueshan Congtan*<sup>12</sup>. Junto a isso, os chineses achavam que a fisionomia dos lusos era grotesca e

<sup>8</sup> PINTO, Paulo Jorge de Sousa - A China pelos olhos de Malaca : a Suma Oriental e o conhecimento europeu do Extremo Oriente. In CARNEIRO, Roberto, ed., MARTINS, Guilherme de Oliveira, ed. - **China e Portugal, cinco séculos de relacionamento : uma leitura académica**. Lisboa : CEPCEP-Centro Nacional de Cultura, 2014, p. 11-20, p. 13.

<sup>9</sup> BROOK, T.; JUN FANG; XIULI WANG. **The confusions of pleasure : commerce and culture in Ming China / Zong le de kun huo : Ming dai de shang ye yu wen hua.**, Guilin Shi: Guangxi Shi Fan Da Xue Chu Ban She, 2016, p.137.

<sup>10</sup> SERGE, Gruzinski. **A Águia e o Dragão**. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2015, p. 180.

<sup>11</sup> FOK, Kai Cheong. Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p, 5-12, abril/junho. 1995. p, 6.

<sup>12</sup> FOK, Kai Cheong. Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p, 5-12, abril/junho. 1995. p, 5.

estranha, que se assemelhavam a goblins, numa figura quase inumana.<sup>13</sup> O olhar sínico para com os ocidentais era carregado de desagrado e discriminação, pois os lusitanos não faziam parte do que os chineses consideravam civilização. Os ibéricos eram taxados de bárbaros e as suas histórias, como as que são designados como sequestradores e traficantes de mulheres, davam cada vez mais munção para os chineses reprovarem a sua estadia em seu país. Ainda mais quando os portugueses provavam que as péssimas impressões tidas sobre eles eram fundadas<sup>14</sup>.

O contato com a China, durante os séculos XVI-XVII, era por meio do sistema tributário de vassalagem, do qual apenas alguns países podiam participar. Nesse sistema, os Estados estrangeiros conseguiam ter contato com o Império por meio de tributos ou presentes dados ao imperador, numa forma de reconhecimento da soberania do Estado chinês. Em troca, o imperador, por muitas vezes, retribuía tais presentes com algo de semelhante ou maior valor, ou seja, o ritual possuía um caráter simbólico. Esse sistema autorizava os Estados vassalos a realizar atividades comerciais com os chineses<sup>15</sup>. Os lusos nunca conseguiram entrar nesse sistema tributário, já que, devido aos seus atos de atrocidade, conspiração e conquista em Malaca, um Estado vassalo real, os chineses não se interessaram em fazer comércio com estrangeiros que ameaçavam a harmonia da comunidade comercial<sup>16</sup>. No entanto, para os portugueses, isso não importava, já que estavam mais interessados em exercer atividade comerciais com o país do que em ser seus vassalos<sup>17</sup>. As diversas tentativas que os portugueses fizeram para ter contato com o centro do poder imperial, nos primórdios do século XVI, não saíram como o planejado. Entretanto, na cidade que se localiza na foz do Rio das Pérolas, o destino português foi outro.

A Cidade do Santo Nome de Deus de Macau acabou por se tornar, alguns anos mais tarde, um enclave português no Oriente e gerou grandes mudanças na vida quotidiana da região. Sua importância resultava de sua localização, pois se encontrava no delta do Rio das Pérolas, no Sul da China, próximo das feiras bianuais de Cantão, e numa zona estratégica para o Sudeste asiático<sup>18</sup>. Apesar dos avisos que algumas autoridades chinesas fizeram em

---

<sup>13</sup> *Ib.*, 1995, p. 5.

<sup>14</sup> *Ib.*, 1995, p. 5

<sup>15</sup> FOK, Kai Cheong. The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011, p. 41.

<sup>16</sup> *Ib.*, 2011, p. 41.

<sup>17</sup> *Ib.*, 2011, p. 41

<sup>18</sup> MONTEIRO, Anabela. A Diplomacia a Serviço do Comércio: Macau no Séc. XVII, **Revista Portuguesa de História**. v.1, n.36, p. 475-200, 1 jan 2003, p. 475.

relação aos estrangeiros, muitos locais acabaram por se unir na atividade ilícita mercantil-comercial com eles, o que acarretou numa nova configuração da Cidade de Macau. Aparentemente, a cidade não era muito desenvolvida. Sobrevivia sem culturas agrícolas ou de criação de gado, devido às condições do meio ambiente que não eram favoráveis, ainda que tivesse bastante água.<sup>19</sup> Era uma cidade comum e muito pobre, mas que possuía os meios para se tornar um grande centro comercial, tal como Cantão.

A comunidade de Macau era bastante diversificada, e não só pelos moradores locais e os recém-chegados, pois os chineses se dividiam em vários grupos étnicos. Contudo, para os chineses, o mundo se dividia em dois conjuntos: os civilizados (Tiānxià), que literalmente significa "sob o céu", no qual o imperador se encontrava na posição mais alta e prestigiosa, designado como o "Filho do céu" (Tiānzǐ).<sup>20</sup> Aqui, todo e qualquer homem que reconhece a superioridade da China e que adotasse sua cultura, se tornaria alguém civilizado. Como os ibéricos não conheciam as leis chinesas e não sabiam sobre os costumes, foram intitulados como bárbaros. O contato com bárbaros não era desejado pelas autoridades sínicas, então não era qualquer nacionalidade que conseguia ter um relacionamento mais próximo com o imperador

Os portugueses, que nessa época eram vistos como uma ameaça real para a ordem do Império do Meio, de acordo com o que se diz nas fontes chinesas, tiveram um papel fundamental na construção desse novo ponto comercial asiático. Além do lugar estar bem localizado, entre os importantes portos comerciais de Malaca e o Japão, passar pelas feiras de Cantão e ter acesso às Filipinas, a demanda de produtos chineses para outras áreas era enorme. Os portugueses alcançaram o êxito comercial em Macau e movimentaram o mercado comercial de vários lugares do mundo. Os produtos feitos na China eram cobiçados em diversos países, principalmente a porcelana e a seda, sendo cobiçadas do Japão à Europa, passando pelas Américas. A porcelana acabou por se tornar de extrema importância para a globalização artística da Idade Moderna<sup>21</sup>. Diante desse grande mercado, os lusos souberam agir como bons agentes comerciais em terras alheias, e por meio desse papel de intermediador, conseguiram se estabelecer no território de Macau e fazer dele a sua casa.

---

<sup>19</sup> Idem, **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 50

<sup>20</sup> RÊGO, Débora Lopes do. **"Ocidentais a Serviço do Imperador": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 69.

<sup>21</sup> DOBADO, González Rafael. La globalización hispana del comercio y el arte en la edad moderna. In. **Estudios de Economía Aplicada**, 32, 1 jan, 2014. p. 3.

O comércio marítimo era uma atividade que lidava com grandes riscos, tanto pela frequência de naufrágios quanto pela sabotagem feita pelos concorrentes<sup>22</sup>. Os ibéricos sofreram muito com os fenômenos naturais, e os que mais dificultaram as navegações eram os tufões, as monções e os nevoeiros. Portanto, quem quisesse ir a Malaca, obrigatoriamente, teria que dar uma passadinha em Macau. Em 1553, com a desculpa do naufrágio de seus navios, os portugueses pedem às autoridades do Kuan-tung a autorização para desembarcarem em Macau, a fim de que secassem suas mercadorias encharcadas de água. E a autorização é concedida pelo Vice-comissário de Defesa Marítima, Wang Po<sup>23</sup>. Pode-se dizer que é a partir desse momento que se dá o início da presença portuguesa em Macau.

Entretanto, Macau não foi a primeira cidade em que os portugueses tiveram a permissão de ficar. Por volta de 1554-1555, o capitão Leonel de Sousa concluiu um acordo verbal com os funcionários de Kuan-tung para fazerem negociações em Cantão, tratar de pagamentos de tarifas, dar presentes aos funcionários e praticar a observação dos regulamentos chineses<sup>24</sup>. Os portugueses desejavam se estabelecer em Cantão, mas corriam muitos boatos das atrocidades cometidas por eles entre os chineses. Então, devido a sua fama, a autorização que conseguiram foi para ficar por um breve período na região e, diferente dos persas e árabes, não podiam dormir na cidade e estavam sempre sendo vigiados<sup>25</sup>. Alguns anos mais tarde, algumas histórias eram contadas sobre essa estadia temporária dos lusos em Cantão. Uma delas é o relato de He Ao, um dos funcionários da corte na capital, que conta sobre a conduta cruel e astuciosa dos portugueses:

[...] Há alguns anos, vieram subitamente a Cantão, e o ruído do seu canhão fez estremecer a terra. Os que permaneceram no posto violaram a lei e tiveram contato com os outros. Os que vieram à capital eram arrogantes e lutaram entre si para ocupar o lugar de chefe. Se os deixarmos vir livremente para exercer a sua atividade comercial, tal originará certamente lutas e derramamento de sangue, pelo que o infortúnio do sul da China não terá limites<sup>26</sup>.

Sendo assim, a primeira cidade em que os portugueses se estabeleceram foi em Lang-

<sup>22</sup> SÁ, Isabel Guimarães de. Ganhos da terra e ganhos do mar: caridade e comércio na Misericórdia de Macau (séculos XVII e XVIII). In. **Ler História**. 44, 2003, p. 45-57, p. 45.

<sup>23</sup> FOK, Kai Cheong. The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao Formula - The Portuguese Settlement and Early Chinese Reactions. In. **Revista de Cultura**. v.1, n. 13/14, p. 328-344. p. 328.

<sup>24</sup> FOK, Kai Cheong. The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011, p. 43.

<sup>25</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 96.

<sup>26</sup> FOK, Kai Cheong. Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p. 5-12, abril/junho. 1995. p. 7.



pai-kaio.<sup>27</sup> Cidade esta que foi autorizada pelas autoridades chinesas, a fim de que os lusos pudessem realizar o comércio. Entretanto, tal região não cativou os ibéricos e em 1535, por meio de subornos, conseguiram que mudassem a alfândega para Hao-Ching (Macau)<sup>28</sup>. Quando os ibéricos chegaram a Macau encontraram uma cidade composta por pescadores e aventureiros, que estavam fazendo daquela cidade um esconderijo que os escondesse da regulamentação chinesa, além de viverem do saque de embarcações que seguiam para as feiras de Cantão<sup>29</sup>. Dá-se início a esse longo período de estabelecimento português em terras sínicas, onde a atividade comercial teve um papel fundamental para o sucesso do estabelecimento lusitano. A presença desses novos personagens trouxe grandes mudanças na estrutura social regional da cidade, o que acarretou no debate sobre como proceder com a presença dos ibéricos em seu território, gerando o conflito entre os dois grupos.

O grupo dos abolicionistas da política proibitiva do comércio marítimo argumentavam que os portugueses traziam benefícios financeiros para a cidade, além de ajudarem na proteção de Macau contra a atividade pirata<sup>30</sup>. O Vice-Rei Chang Ming-Kang fazia parte desse grupo e desaconselhou que expulsassem os portugueses, uma vez que a região era cercada pelos três lados por mares bem guardados e que, por eles dependerem das provisões das autoridades locais, se encontravam sob controle do governo chinês. Ele acreditava que manter os portugueses em Macau seria a melhor forma de controlá-los. Alguns chineses acreditavam que poderiam controlar os estrangeiros por meio de uma assimilação cultural, influenciado pelo confucionismo<sup>31</sup>. Os abolicionistas estavam convencidos de que o comércio marítimo dava um contributo vital ao bem estar econômico das províncias costeiras.<sup>32</sup>

Já os apoiantes desta política, como o censor Kuo Shang-pin, que culpou a péssima administração de Macau pelas autoridades locais, sustentavam que os portugueses traziam diversos riscos para a região. Um deles era a presença de piratas japoneses que alcançaram suas terras por intermédio de barcos portugueses. O problema Wako (piratas japoneses) era

---

<sup>27</sup> Idem. The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao Formula - The Portuguese Settlement and Early Chinese Reactions. In. **Revista de Cultura**. v.1, n. 13/14, p. 328-344. p. 328.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 328.

<sup>29</sup> LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: as relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI e XVII)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020, p. 59.

<sup>30</sup> FOK, Kai Cheong. The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao Formula - The Portuguese Settlement and Early Chinese Reactions. In. **Revista de Cultura**. v.1, n. 13/14, p. 328-344. p. 344.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 342.

<sup>32</sup> FOK, Kai Cheong. Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p. 5-12, abril/junho. 1995. p. 7.

algo que preocupava muito as autoridades sínicas, pois a sua costa, ainda que bem guardada, era repleta deles e isso trazia muitos infortúnios para os chineses. Para além disso, os portugueses não obedeciam às leis das autoridades chinesas.

Todo esse descontrole sobre os lusos fez com que Kuo sugerisse que fizessem a evacuação desse povo estrangeiro, e que, se quisessem fazer comércio, os lusos deveriam ir para Lang-pai-kao<sup>33</sup>. Alguns dos chineses do grupo contra a permanência dos portugueses chamavam-nos de a "Úlcera do Sul", que a qualquer momento poderia estourar<sup>34</sup>. O grupo que aprovava o estabelecimento dos portugueses em Macau era majoritariamente do Sul do país, constituindo parte do mandarinato local, enquanto o outro lado se encontrava concentrado no poder central chinês. Embora ambas as partes discordassem sobre o que fazer com os estrangeiros, o medo de que os portugueses e os seus semelhantes pudessem alterar a paz e, por isso, ameaçar a segurança da costa, estava presente nos dois lados<sup>35</sup>.

Entra em jogo o que o professor Fok Kai Cheong definiu como a "Fórmula Macau", que consiste numa política que contribuiu para o bom relacionamento entre portugueses e chineses, pois os ibéricos ficavam sob o controle dos locais, estes que tentaram de tantas formas se proteger dos estrangeiros. Essa fórmula emanou das convicções da dinastia Ming, em que a situação mais temida na diplomacia era a formação de uma fraternidade anti-dinástica entre estrangeiros e chineses traidores do império<sup>36</sup>. Foi por meio da Fórmula Macau que se deu o comércio luso-chinês, em que as negociações eram administradas pelas autoridades chinesas, que submetiam os portugueses a diversas regras e regimentos.

A Fórmula resultou de circunstâncias e acontecimentos históricos que acabaram por conduzir ao agravamento dos problemas com os Wako após o surgimento dos portugueses<sup>37</sup>. Os funcionários de Kuan-tung foram os que elaboraram uma política no final da dinastia Ming para comprometer dois fatores, aparentemente, incompatíveis: a atitude pró-comércio pragmática e as considerações práticas de defesa para a segurança nacional.<sup>38</sup>

<sup>33</sup> FOK, Kai Cheong. The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao Formula - The Portuguese Settlement and Early Chinese Reactions. In. **Revista de Cultura**. v.1, n. 13/14, p. 328-344. p. 335.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 333.

<sup>35</sup> Idem, Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p, 5-12, abril/junho. 1995. p, 17

<sup>36</sup> Idem, The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao Formula - The Portuguese Settlement and Early Chinese Reactions. In. **Revista de Cultura**. v.1, n. 13/14, p. 328-344. p. 343

<sup>37</sup> Idem, The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011, p. 44

<sup>38</sup> Ibidem, 2011, p. 40.

Eles conseguiram engendrar um esquema que permitia uma troca de valor real com os estrangeiros que não pudessem ser enquadrados no sistema tributário, ainda que os ibéricos não ganhassem apoio imperial direto ao longo do período da dinastia Ming<sup>39</sup>. É a partir dessa lógica que se inicia a discussão sobre o que houve de fato na península macaense. Afinal, Macau era ou não uma colônia portuguesa?

A parte historiográfica que endossa a ideia de colônia para se tratar do estabelecimento português em Macau, sustenta a argumentação que se respalda no episódio em que os ibéricos auxiliaram a dinastia Ming em decorrência do ataque dos Manchus na conquista da China. Esse plano foi sugerido por Paulo Hsü Kuang-ch'i - um dos conversos do padre Ricci - e consistia no oferecimento de alguns canhões portugueses oriundos de Macau, uma vez que a região já apresentava uma crescente fundição de artilharia, sendo dirigida por Manuel Tavares Bocarro<sup>40</sup>. Esses canhões seriam levados à China junto dos jesuítas, pois estes eram os únicos capazes de ministrar instruções aos sínicos em sua própria língua.

Em Outubro de 1621, canhões e padres chegam na cidade de Cantão, contudo, apenas os canhões têm a permissão de seguir viagem rumo ao norte. Os jesuítas tiveram que voltar para Macau, mas, em dois ou três anos mais tarde, foram finalmente autorizados a seguir para o Norte da China<sup>41</sup>. Em 1629, os Manchus renovaram os seus ataques, porém, em escala maior do que a anterior, aproximando-se de Pequim. Isto levou o imperador Ch'ung Cheng, influenciado pelos doutores Hsü Kuang-ch'i e Li Chih-tsao de Pequim, a procurar mais ajuda militar junto dos lusos de Macau. Nisto, após as deliberações do Senado de Macau, alguns portugueses foram para a China, entre eles estava Gonçalves Teixeira e o padre João Rodriguez<sup>42</sup>.

Um tempo depois, por meio da persuasão dos mandarins de Cantão, o Imperador voltou atrás em sua decisão e enviou um novo édito, que dizia ser desnecessária a assistência militar dos portugueses de Macau, fazendo com que estes fossem mandados de volta para a península macaense, exceto por alguns homens<sup>43</sup>. Ao fim de tudo, os Manchus conseguem conquistar a China, sendo Cantão a última cidade conquistada. Inesperadamente, a nova dinastia não guardou rancor algum dos jesuítas e de Macau e os tratou melhor do que a dinastia predecessora<sup>44</sup>. Diante disso, origina-se o argumento de que a cidade de Macau foi

---

<sup>39</sup> Ibidem, 2011, p. 44.

<sup>40</sup> BOXER, Charles Ralph. Expedições militares portuguesas em auxílio dos Mings contra os Manchus 1621-1647. Macau, 1937, p. 2.

<sup>41</sup> Ib., 1937, p. 3.

<sup>42</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>43</sup> Ib., 1937, p. 19.

<sup>44</sup> Ib., 1937, p. 19.

dada aos portugueses pelos chineses, a fim de agradecer pelos serviços prestados. Mas, de toda forma, ainda que fosse verdadeira essa afirmação, a presença lusa em Macau não surgiu a partir do colonialismo.

Entende-se como colônia: domínio imposto por um poder político exterior, que se exerce por meio de um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade, que tende, na grande parte das vezes, a fazer transferências de pessoas, instituições, tecnologias, valores culturais e civilizacionais, além da subordinação dos recursos e das instituições da região dependentes aos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural dominante<sup>45</sup>. Diante do exposto, verifica-se que Macau não foi uma colônia portuguesa, pois seu relacionamento e organização estavam fora destes parâmetros. Macau foi um assentamento português, que devia pagar tributos em forma de aluguel. Além do mais, os portugueses não exerciam influência política alguma sobre os habitantes, uma vez que eles mesmos estavam sob o controle das autoridades sínicas. O idioma falado na Cidade de Macau era o chinês, língua da verdadeira soberania. O que se seguiu em Macau foi uma governação exclusiva, dado que os ibéricos não dispunham dos parâmetros básicos supracitados de uma colônia<sup>46</sup>. Como se viu anteriormente, os chineses pretendiam assimilá-los em sua cultura, isso significa que tinham os meios necessários para tal, e que os portugueses, na realidade, não eram impossíveis de se combater.

Os portugueses, para continuar a sua permanência em Macau, pagavam um certo tipo de aluguel para os mandarins: o foro do chão. Esse mecanismo lembrava os estrangeiros de que aquela terra não era sua, e que sua estadia era permitida apenas em razão do lucro que traziam para a China. O valor desse foro era de 500 taéis, o que não era muito, mas passava a mensagem de que eram os chineses quem detinha a soberania da terra. Em algumas fontes portuguesas, fica explícito o seu conhecimento da sua real situação:

A sujeição quanto regime é mista, pendente do El Rey Nosso Senhor, e do Imperador da China, eu não sei como poderão executar com forças, e contra as ordens do Senhor da terra o Imperador tem toda a força e nós nenhuma: Ele é o Senhor direto de Macau, que lhe paga um foro, e nós apenas temos o domínio útil: A terra não se obteve [...] por conquista, e assim nossa residência não é firme [...]<sup>47</sup>.

Por pagarem o foro, ficava claro que seu estabelecimento não se tinha dado por conquista territorial<sup>48</sup>. Porém, nem todos concordavam com tal pensamento. Em Lisboa,

<sup>45</sup> Ibidem, 1937, p. 21

<sup>46</sup> GUO, Jin Ping. **Lusofonia: História e Realidade**. v. 61, n. -3.o, p. 1057–1075, 2003. p. 1062.

<sup>47</sup> Ib. 2003, p. 1062.

<sup>48</sup> RÊGO, Débora Lopes do. **"Ocidentais a Serviço do Imperador": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 111

acreditavam fielmente que o território de Macau foi plenamente conquistado por meio da fielmente que o território de Macau foi plenamente conquistado por meio da conquista do território e vencido pelo poder das armas portuguesas, que a soberania de Portugal sobre a cidade era absoluta<sup>49</sup>. Apesar das discordâncias, o que aconteceu em Macau não foi o mesmo que houve no Brasil e em partes da África, da Índia e do Timor-Leste. Os portugueses, em território chinês, não conseguiram colocar seu ambicioso plano de conquista da China em prática.

A situação na península macaense era bastante problemática para os portugueses em diferentes setores da vida social e política. A vulnerabilidade da cidade se estendia até mesmo na alimentação, pois não era possível a produção de vegetais e cereais no território. Os povos locais e estrangeiros eram totalmente dependentes dos guarnecimentos vindos do interior da China<sup>50</sup>. A alimentação das comunidades residentes na Cidade de Macau se concentrava em arroz, carne de porco, peixe salgado e hortaliças<sup>51</sup>. Por não haver os mantimentos que fizessem parte da dieta dos estrangeiros, os mesmos teriam que ser adquiridos além do istmo, fornecidos por agricultores e comerciantes chineses<sup>52</sup>.

Essa falta de alimentação para os recém-chegados no território macaense, de certa forma, acabava por impossibilitar a sua permanência no local, pois não havia outros modos de obter provisões, uma vez que, eles não tinham autorização para cultivar nada na cidade, e acabavam por ficar dependentes dos suprimentos fornecidos pelos chineses<sup>53</sup>. Também não tinham permissão de levantar casas ou fortificações sem a autorização das autoridades locais, afinal, estavam submetidos às regras e ordens dos agentes sínicos<sup>54</sup>. Ademais, ainda que sua presença fosse tolerada na cidade, a sua liberdade não era garantida, pois os seus moradores estrangeiros não podiam deixar a cidade. Seu contato com os chineses era reduzido ao mínimo possível e foi fortemente desencorajado<sup>55</sup>.

Como dito anteriormente, os lusitanos não tinham permissão para construir sem a autorização das autoridades locais, mas nem sempre estes obedeciam às leis. No século XVII, Francisco Lopes Carrasco – o primeiro capitão-geral nomeado por Goa – recebe uma carta do

---

<sup>49</sup> Ibidem. 2019, p. 115.

<sup>50</sup> Ib. 2019, p. 112.

<sup>51</sup> Ib. 2019, p. 15.

<sup>52</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 62

<sup>53</sup> Ibidem, 2011, p. 62.

<sup>54</sup> RÊGO, Débora Lopes do. **"Ocidentais a Serviço do Imperador": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 15.

<sup>55</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p.446.

Vice-Rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, carta esta que contém ordens para que se fortifique a cidade e que se mantenha um bom entendimento com o poder mandarim<sup>56</sup>. É pedido que faça construções secretamente e que, caso seja inquirido, desse a resposta de que estaria protegendo a cidade da atividade pirata<sup>57</sup>. Os chineses viam essas obras com muita suspeita, apesar de acreditarem que ao proteger o local, os portugueses estavam a proteger a porta de entrada para o território chinês.

Toda essa situação de fragilidade dos ibéricos foi notada pelos chineses e sentida pelo poder local português. Então, a cada vez que ocorria desentendimentos, as autoridades locais puniam os estrangeiros ao fechar as Portas do Cerco (Lian-hua-jing) – estrutura arquitetônica que foi construída em 1574 a fim de que se separasse o território de Macau e China e, por meio delas, as autoridades sínicas impediam e controlavam o avanço dos portugueses que poderiam causar perturbações futuramente<sup>58</sup>. Os ibéricos estavam à mercê do poder chinês e, para poder conviver da melhor forma diante das vulnerabilidades, desenvolveram ações alternativas, diplomáticas e para-diplomáticas, para lidar com as autoridades chinesas, com o propósito de garantir a sua continuidade e sobrevivência<sup>59</sup>.

Anteriormente à presença dos portugueses, Macau já apresentava a existência de circuitos comerciais regionais que se realizavam pelas comunidades locais entre a China, Sião, Insulíndia, Malaca, as Filipinas e o Japão<sup>60</sup>. Porém, essas práticas comerciais eram majoritariamente feitas a partir de iniciativas particulares e espontâneas, sem grandes infraestruturas, as quais não eram de conhecimento do mandarinato da corte imperial<sup>61</sup>. O Império Celestial não costumava ter um comércio oficial com o exterior e as pequenas rotas eram efetuadas de maneira clandestina, pois as cinco províncias do Sul do país – Guangxi, Guangdong, Jiangxi, Fujian e Zhejiang – tinham ciência sobre a importância do trato para desenvolvimento interno de suas regiões<sup>62</sup>. Os portugueses, mediante a situação, perceberam um grande potencial na região devido a demanda de produtos internacionais que o Império Celestial tinha interesse e, exercendo o papel dos intermediadores, já que o país asiático se

<sup>56</sup> RÊGO, Débora Lopes do. "**Ocidentais a Serviço do Imperador**": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 15

<sup>56</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p.446.

<sup>57</sup> Ibidem, 2011, 61-62.

<sup>58</sup> Ibidem, 2011, 56.

<sup>59</sup> Ibidem, 2011, 63.

<sup>60</sup> MONTEIRO, Anabela. A Diplomacia a Serviço do Comércio: Macau no Séc. XVII, **Revista Portuguesa de História**. v.1, n.36, p. 475-200, 1 jan 2003, p.475.

<sup>61</sup> Ib., 2003, p. 476

<sup>62</sup> Ib. 2003, p. 476.

encontrava fechado comercialmente para alguns países, acabou por garantir o sustento para seu estabelecimento em Macau. Essa região é a porta de entrada para o comércio da China com o exterior e mostra o início de um movimento de abertura comercial chinês.

Mas quem eram esses homens que se aventuravam no mar para desembarcar em Macau? Sabe-se que a viagem era de fato muito perigosa, pois além dos perigos dos fenômenos naturais, os ataques piratas eram bastante recorrentes. Havia um grande número de naufrágios e mortes que serviam, de certa forma, como um desencorajamento para muitas pessoas. Diante disso, começou-se a fazer um recrutamento, um tanto forçado, pelas cidades e vilas de Portugal, essencialmente entre as pessoas que deviam prolongadas penas<sup>63</sup>. Contudo, entre os embarcados, se encontrava diversas pessoas de diferentes níveis sociais. Havia pessoas do povo, do campo, da nobreza e do clero<sup>64</sup>. Dentro do grupo dos nobres, os filhos segundos e terceiros, sendo bastardos ou não, embarcavam juntos. Iam homens de todas as idades, solteiros, missionários, soldados, aventureiros. O único grupo que não era permitido ir junto nas embarcações era o das mulheres, exceto as prostitutas<sup>65</sup>.

Ir para essas viagens, na grande maioria das vezes, se tornava altamente lucrativo. Os mercadores das potências europeias, nos séculos XVI-XVII, tiravam proveito da aquisição de mercadorias que, ao serem trocadas, rendiam lucros significativos<sup>66</sup>. Além do comércio, muitos dos viajantes que iam para Macau, iam em caráter evangelizador. Pode-se dizer que foi a procura de cristãos e especiarias que trouxeram os portugueses a Ásia<sup>67</sup>. No início da fixação em Macau (1557), o povo que constituía a população estrangeira era majoritariamente de raiz portuguesa, e estavam na cidade com a finalidade de comercializar e evangelizar. Esse grupo logo foi se misturando aos locais e deu início a mestiçagem, pois já que não se podia levar mulheres portuguesas para Macau, o que lhes restavam era se unir a mulheres de origens asiáticas, não exclusivamente chinesas. Estas mulheres acabavam por serem criadas dentro da esfera religiosa e cultural ibérica<sup>68</sup>. A partir daí vai se formando uma comunidade macaense marcada pela pluralidade de povos e etnias.

O primeiro documento que se conhece sobre a divisão social dos portugueses na península macaense data do século XVII (1625) e aponta para três grupos

<sup>63</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 129-130.

<sup>64</sup> *Ib.*, 2011, p. 130.

<sup>65</sup> *Ib.*, 2011, p. 130.

<sup>66</sup> *Ibidem*, 2011, p. 40.

<sup>67</sup> BOXER, Charles Ralph – **O Grande Navio de Amacau**. Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, p. 1.

<sup>68</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 134.

principais: moradores ou vizinhos, extravagantes ou forasteiros e os homens da terra<sup>69</sup>. E, apesar da cidade de Macau ser um porto comercial, a maior parte da sua população lusitana era constituída por missionários<sup>70</sup>. A permanência dessa comunidade portuguesa se deu em razão da adesão às condições definidas inicialmente pela dinastia Ming e mais tarde, em meados do século XVII, pela dinastia Qing<sup>71</sup>. Diante desses novos moradores, a população local, frente a uma frágil governação, pediu que se criasse uma câmara municipal, esta que deveria evitar conflitos e impor uma ordem necessária, funcionando como uma força intermediária entre os interesses da comunidade e o mandarinato<sup>72</sup>.

O senado de Macau era uma instituição chave para o poder mercantil autônomo de Macau<sup>73</sup>. Conciliava distintos interesses por meio de sua diplomacia ao se reunir tanto com os mandarins distritais do Império do Meio quanto com os oficiais da Coroa Portuguesa<sup>74</sup>. A postura do senado se dava a partir da lógica da "dupla lealdade", esquema que tentava equilibrar as duas partes: China e Portugal<sup>75</sup>. O poder de decisão da cidade se concentrava nas mãos do Leal Senado, cujos membros eram constituídos por europeus que se fixaram na Ásia há muitos anos e pelos filhos de descendência portuguesa e chinesa<sup>76</sup>. A figura do governador de Macau - nomeado por Lisboa - não possuía voz alguma, sempre necessitando da aprovação do Senado. Além disso, não era reconhecido pelo poder oficial sínico, este que tratava dos assuntos da cidade apenas com o representante do Senado: o Procurador<sup>77</sup>. Este cargo era ocupado por meio de eleição, em que era eleito por seus pares com o intuito de ser o intermediário entre a população não-chinesa e os oficiais do império<sup>78</sup>.

Foi mediante o procurador do Senado de Macau que as autoridades chinesas transmitiam as suas decisões e faziam exigências aos estrangeiros, auxiliando na relação entre os impérios o que acarretou numa maior chance da continuidade do assentamento português na Cidade de

---

<sup>69</sup> Ib., 2011, p. 135

<sup>70</sup> RÊGO, Débora Lopes do. "**Ocidentais a Serviço do Imperador**": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 15.

<sup>71</sup> Ibidem, 2019, p. 18.

<sup>72</sup> MONTEIRO, Anabela. A Diplomacia a Serviço do Comércio: Macau no Séc. XVII, **Revista Portuguesa de História**. v.1, n.36, p. 475-200, 1 jan 2003, p. 480.

<sup>73</sup> WOZNIAK-GIMÉNEZ, Andrea Beatriz. O Senado da Câmara de Macau, sua rede de relacionamentos e estratégias de sobrevivência nos séculos XVI-XVII, In. **Associação Nacional de História- ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História** - 2007, p. 1.

<sup>74</sup> Ib., 2007, p. 2.

<sup>75</sup> RÊGO, Débora Lopes do. "**Ocidentais a Serviço do Imperador**": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019, p. 18-19.

<sup>76</sup> Ib., 2019, p. 18.

<sup>77</sup> Ib., 2019, p. 18.

<sup>78</sup> Ibidem, 2019, p. 46.



Macau<sup>79</sup>. O seu cargo era de tamanha relevância que, durante o Estado Qing, era reconhecido como um oficial<sup>80</sup>. O Senado se fortalecia como uma importante instituição macaense, coordenada pela elite de mercadores<sup>81</sup>. Contudo, não era o único poder em Macau. O poder na cidade se dividia em três grupos: tradicional, carismático e racional. O tradicional era formado pelo mandarinato e pelo vice-reinado de Goa. O segundo poder era fundamentado no carisma pessoal de qualquer pessoa que esteja tanto dentro quanto fora da comunidade. O último, intitulado como o mais importante, se respaldava em um sistema em que a autoridade se apoiava em uma burocracia aliada a um código normativo<sup>82</sup>.

Pelos séculos XVI e XVII, a vida na cidade comercial foi se estruturando. Foram se criando instituições e poderes que facilitassem as relações entre os diferentes sujeitos sociais, e acabou por se tornar uma cidade cheia de complexidades e singularidades. O comércio foi a atividade que mais se executou na região, culminando numa grande rota de exportação-importação de mercadorias vindas de diferentes localidades. A China necessitava de prata, e essa necessidade remonta desde os primórdios da dinastia Ming. Servindo como o principal meio de troca, a prata foi um artigo especialmente procurado pelos chineses, que vinha tanto da América do Sul quanto do Japão. O Senhor da prata, como dizia Zhang Tao (1609) – magistrado do condado de Sheh – governava o céu e o deus do dinheiro de cobre reina sobre a terra<sup>83</sup>.

E foi por conta desse metal precioso que o comércio entre a China e outras regiões aflorou. O Império Celestial possuía uma fome insaciável de prata, esta que se alimentava, especialmente, por meio das que vinham das minas de Nova Espanha e Japão. Anteriormente, os produtos mais procurados no comércio pela China eram o Marfim e a pimenta, mas rapidamente a prata tornou-se o principal alvo chinês<sup>84</sup>. A partir desse ávido apetite de prata, inicia-se o longo período de comércio ilegal entre Macau e Japão.

---

<sup>79</sup> Ib., 2019, p. 47.

<sup>80</sup> Ib., 2019, p. 47.

<sup>81</sup> MONTEIRO, Anabela. A Diplomacia a Serviço do Comércio: Macau no Séc. XVII, **Revista Portuguesa de História**, v.1, n.36, p. 475-200, 1 jan 2003, p. 489.

<sup>82</sup> LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: as relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI e XVII)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020, p. 68.

<sup>83</sup> BROOK, T.; JUN FANG; XIULI WANG. **The confusions of pleasure: commerce and culture in Ming China / Zong le de kun huo : Ming dai de shang ye yu wen hua**, Guilin Shi: Guangxi Shi Fan Da Xue Chu Ban She, 2016, p. 247.

<sup>84</sup> BOXER, Charles Ralph – **O Grande Navio de Amacau**. Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989, p. 6

## Capítulo 2: Um Elo entre os Impérios Chinês e Japonês

Macau teve um importante papel na rota comercial do Extremo Oriente, e a sua localização se tornou determinante para o sucesso do comércio realizado, especialmente entre chineses e japoneses. A procura de produtos chineses pelos nipônicos, principalmente a seda, era proporcional à procura chinesa pela prata vinda do Japão. Os negócios poderiam ter sido feitos facilmente entre os dois Impérios, já que ambos possuíam interesses pelos produtos um do outro, porém, alegando o problema da pirataria japonesa (*wako*), esse tráfico-mercantil foi impossibilitado pelo Império do Meio. Diante dessa conjuntura, os portugueses se tornaram os mediadores na relação mercantil entre as duas potências, lucrando em razão da inimizade delas.

A China, durante os séculos XVI-XVII, se encontrava numa situação de fechamento de fronteiras, ou seja, não se permitia que qualquer estrangeiro entrassem em seu território e não se autorizava a saída de seus habitantes. Isto se deve a diferentes causas, sendo a principal delas o sentimento de superioridade chinês, que fez com que se evitasse o contato com aqueles que não se mostravam civilizados e que não reconhecessem a preeminência do País do meio. O regime Ming procurou fazer essas interdições em nome da segurança, da pureza ideológica e do controle do comércio, ainda que a proibição do último fosse ineficaz na costa chinesa<sup>85</sup>. Uma outra razão para a execução do sistema sinocêntrico era a existência de um problema que remonta ao século XIV: o problema *wako*.

Os *wakos* eram os piratas que saqueavam a costa chinesa; Os chineses acreditavam se tratar de japoneses, que já não possuíam uma boa imagem para os sínicos. Diante dessas circunstâncias, era muito difícil fazer contato com o Império do Meio, pois este só poderia ser realizado por meio do sistema tributário, o qual não era aberto para qualquer vizinho territorial. Com os japoneses esse relacionamento de trocas comerciais é mais conturbado, devido ao problema *wako*, contudo, ainda era realizado um comércio ilegal distante dos olhos dos mandarins, e isso ocorre bem antes da estadia dos lusos em terras sínicas, mas se aprofunda ainda mais por intermédio deles.

Sobre o fim do comércio com o Japão há um desencontro de informações. Charles Boxer afirma que o comércio com os nipônicos foi proibido no século XV, em 1480<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: As relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI-XVII)**, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, 2020, p. 102.

<sup>86</sup> BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968, p.5.

Enquanto que Fok Kai Cheong diz ser em 1523, quando há uma rixa entre duas poderosas famílias militares japonesas sobre o direito de enviar missões de tributo à China, que resultou em atos de violência na costa de Fukien<sup>87</sup>. O que acontece é que o comércio entre os dois países passava sempre por muitas turbulências, em que o comércio era realizado em algumas épocas e proibido em outras. Então há várias datas de proibição do comércio com os nipônicos. O relacionamento entre as duas nações passava por muitos momentos de alvoroço, e por conta dos líderes de cada país, os contatos feitos eram encorajados ou coibidos em diferentes momentos.

Um fato interessante é que a pirataria nem sempre era exercida pelos japoneses, pois, ainda que conste nos documentos oficiais da Dinastia Ming, os ataques poderiam ser feitos por membros desgarrados de qualquer parte do Sudeste Asiático, inclusive pelos próprios chineses<sup>88</sup>. A situação comercial estava bem clara para chineses e japoneses, porém a proibição do comércio sino-nipônico não impediu que portugueses e japoneses realizassem atividades comerciais em terras sínicas. Eles se concentraram em caminhos ilícitos e, com o auxílio dos chineses que viviam nas províncias da costa, que por desejarem ter altos lucros, se tornaram seus cúmplices e o comércio foi emergindo cada vez mais<sup>89</sup>. Com a ausência de supervisão e regulamentação do governo, o comércio ilegal se tornou um assunto privado entre chineses e nipônicos, que ocasionou uma onda de ataques japoneses nas áreas costeiras, revivendo e piorando o problema Wako, depois de todo o tempo de proibição<sup>90</sup>.

O Japão vivia em uma espécie de regime feudal quando teve contato com os portugueses pela primeira vez, por volta do ano de 1542. O junco de António da Mota, Francisco Zeimoto e António Peixoto, que vinha de Sião com destino a Liampó, devido a um violento tufão, acabou por andar à deriva em alto mar, acabando por chegar à ilha de Tanegashima<sup>91</sup>. As primeiras viagens feitas pelos portugueses ao Japão se deram a partir de Malaca. Contudo, logo após, Goa se tornou o ponto de início e Macau o entreposto na China.

---

<sup>87</sup> FOK, Kai Cheong. *The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West*, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011, p 42.

<sup>88</sup> LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: As relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI-XVII)**, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, 2020, p.7

<sup>89</sup> FOK, Kai Cheong. *The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West*, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011, p. 42.

<sup>90</sup> *Ib.* 2011, p. 42.

<sup>91</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 237.

Ali as matérias-primas e produtos prontos, comprados em Cantão, eram embarcados para chegar ao Japão, e do Japão vinham prata e ouro para a China<sup>92</sup>. Foi graças aos enormes lucros do comércio com o Japão que Macau se firmou, ainda que fosse um comércio ilícito<sup>93</sup>. A viagem entre os dois portos comerciais, entre 1550 e 1615, se deu principalmente por meio da nau anual de Macau.

A Nau do Trato, também chamada de "Grande Navio de Amacau" pelos ingleses, era um enorme navio mercante que possuía uma "grande boca", com três ou quatro conveses corridos, mas fracamente armado. No final do século XVI, o navio chegava a alcançar em média 1.200 a 1.600 toneladas<sup>94</sup>. Os japoneses costumavam denominar os navios portugueses de *kurofuné* ou "Navio Negro", devido a cor escura do casco<sup>95</sup>.

Os negócios entre Japão e Macau se dividiram em dois momentos, no qual o primeiro é marcado pelo monopólio comercial de Macau, sendo apenas os comerciantes portugueses a comercializar com o Japão. O segundo momento se dá em decorrência da aparição dos holandeses no cenário do comércio marítimo. Estes outros europeus se destacavam no mar mais do que os portugueses, acabando por forçar os últimos a deixarem de utilizar o Grande Navio, pois este era demasiadamente frágil. Os holandeses, por algumas vezes, conseguiram interceptar as embarcações e causar prejuízos aos mercadores portugueses envolvidos<sup>96</sup>.

A nau, com o capitão-mor a bordo, saía de Goa em abril ou maio, carregado de lã, tecido escarlate, cristal, vidraria, vinhos portugueses e peças de algodão e chita. De lá iam para Malaca, onde trocavam as mercadorias por especiarias, madeiras aromáticas, peles de tubarão e de viado de Sião. De Malaca iam para Macau, onde ficavam por volta de dez a doze meses, uma vez que as sedas chinesas, a maior parte das mercadorias levadas para o Japão, só podiam ser compradas durante os semestres de vendas em Cantão, em janeiro e junho. Após obterem a mercadoria, chegavam no Japão no ano seguinte, entre julho e agosto. De lá voltavam para Macau entre novembro e março, carregando a preciosa carga de ouro e prata<sup>97</sup>. Os commodities que eram exportados do Japão, além da prata, constituíam armários e caixas, móveis de laca, telas de papel folheadas a ouro, entre outros. E além da seda, dos produtos levados da China para o Japão, havia uma tinta cosmética chamada alvaiade que as japonesas

---

<sup>92</sup> BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968, p. 7

<sup>93</sup> Ibidem, 1968, p. 10

<sup>94</sup> Idem, **O Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p. 11.

<sup>95</sup> Ib., 1989, p. 12

<sup>96</sup> Ibidem, 1989, p. 15.

<sup>97</sup> Idem, **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968, p. 15.

utilizavam para maquiar o rosto<sup>98</sup>.

O comércio era bastante vantajoso para os portugueses, pois estes podiam abusar dos valores e ainda assim conseguiam vender toda a mercadoria aos japoneses. O Grande Navio levava de 400 a 500 picos de seda crua branca, comprada em Cantão por 80 taéis o pico, e o vendia no Japão por 140 a 150 taéis<sup>99</sup>. Também levavam 2.000 picos de chumbo, que custavam 3 taéis se entregues em Macau, mas vendiam ao Japão por 6 taéis e 4 mazes, dobrando o capital<sup>100</sup>. O Capitão-Mor possuía 10% do frete da seda, mas ganhava 500 taéis fixo sobre as outras mercadorias. Ganhava os 500 taéis independente da venda ou não dos produtos levados<sup>101</sup>.

A partir de 1569, Nagasaki se tornou o maior centro comercial entre a China e o Japão, por onde chegavam os comerciantes ibéricos que buscavam produtos em troca da tão prestigiosa seda chinesa<sup>102</sup>. A rota Goa-Nagasaki, em 1607, chegava a lucrar a quantia de oitenta a cem mil cruzados, sendo a mais lucrativa de todas as rotas percorridas pelos portugueses<sup>103</sup>. A viagem de Macau a Nagasaki durava por volta de vinte dias quando havia bom tempo, o que era um motivo a mais para os portugueses continuarem a fazer negócios com os habitantes do País do Sol Nascente<sup>104</sup>.

Além das sedas, os nipônicos também trocavam a sua prata por armas de fogo e armas brancas portuguesas. As armas de fogo, apelidadas de "tanegashima" pelos japoneses, foram introduzidas no Japão ainda no ano de 1543<sup>105</sup>. O país, se encontrando em plena guerra civil, enxergou o potencial dos arcabuzes no campo de batalha<sup>106</sup>. Os clãs que tiveram contato com tais armas acabaram por empreender melhorias e desenvolver novas técnicas de disparo<sup>107</sup>. O declínio do ciclo do comércio de armas no centro do país deu início com a ascensão de Toyotomi Hideyoshi - herdeiro do projeto político e militar de Oda Nobunaga. Porém, apesar

---

<sup>98</sup> LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: As relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI-XVII)**, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, 2020, p. 124.

<sup>99</sup> BOXER, Charles Ralph, **O Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p. 157.

<sup>100</sup> *Ib.*, 1989, p. 158

<sup>101</sup> *Ib.*, 1989, p. 159.

<sup>102</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 241.

<sup>103</sup> *Ib.*, 2011, p. 242.

<sup>104</sup> *Ib.*, 2011, p.242.

<sup>105</sup> LEÃO, Jorge Henrique Cardoso Leão. Mercadores portugueses e jesuítas no Japão no século 16. In: PINTO, Luciano Rocha (org). **História Revistas: sobre instituições, corpos e 'almas'**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013. p. 8.

<sup>106</sup> *Ib.*, 2013, p. 9.

<sup>107</sup> *Ib.*, 2013, p. 9.

das fracassadas tentativas de restringir o uso dos arcabuzes, as armas continuaram presentes no cenário militar japonês até meados do xogunato Tokugawa<sup>108</sup>.

A língua de que se utilizavam nas transações era a escrita sínica, que se tornou a língua franca, pois havia um bom domínio dos caracteres chineses, o que acabava por possibilitar uma boa compreensão pelos compradores e pelos vendedores<sup>109</sup>. No início, muitos barcos chegavam a Nagasaki, mas com o passar dos anos, a rota foi executada apenas pelo barco negro, que fazia a rota entre Goa e Nagasaki através de Malaca e Macau<sup>110</sup>. A razão pela qual o comércio foi tão bem sucedido para os portugueses se concentra no fato da prata ser bem mais lucrativa na China do que no Japão, enquanto que para o Japão, a seda era mais valiosa do que na China<sup>111</sup>.

A partir de 1555, depois de conseguirem se fixar em Macau, os portugueses já estavam em boas condições para expandir o seu comércio com o Japão. A sua posição se alicerçou quando Nagasaki foi entregue ao controle dos jesuítas em 1571, com o pretexto de fazer desta aldeia de pescadores o porto terminal da Nau do Trato<sup>112</sup>. Os espanhóis, que já estavam bem consolidados nas Filipinas, também se viam aptos a participarem do comércio com a China e com o Japão, após terem ocupado Manila em 1571. E em 1573, dois galeões de Manila, que iam para Acapulco, levavam 712 rolos de seda chinesa e 22.300 peças de "fina porcelana chinesa dourada e outra"<sup>113</sup>. O arquipélago também se localizava em um ponto estratégico no Mar da China, a meio caminho entre a China e Japão e, igualmente, a meio caminho de outros pontos do Sudeste Asiático<sup>114</sup>.

No final do século XVI, iam anualmente a Manila, dos portos de Fukien, uma média de 40 a 50 juncos de alto mar, que levavam sedas e outros produtos sínicos que eram vendidos por pesos de prata e reais de oito trazidos do México e do Peru<sup>115</sup>. Mas, se de um lado o comércio entre espanhóis e chineses ia bem, por outro, o comércio destes com os japoneses seguia em ritmo lento. Isto porque os espanhóis não necessitavam da prata nipônica, uma vez que podiam extrair das minas do México e do Peru. Também havia muita

---

<sup>108</sup> Ib., 2013, p. 11.

<sup>109</sup> Ib., 2011, p. 241.

<sup>110</sup> Ibidem, 2011, p. 243.

<sup>111</sup> BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968, p.16.

<sup>112</sup> Idem, **O Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p.2.

<sup>113</sup> Ib., 1989, p.2.

<sup>114</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 259

<sup>115</sup> Boxer, Charles Ralph. **O Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p. 3.

desconfiança entre ambas as partes, devido a razões políticas e religiosas. E por último, após a união das Coroas espanhola e portuguesa, em 1580, o governo de Madri aceitou a argumentação lusa de que o Japão estava dentro da sua esfera de influência, portanto o comércio com o País do Sol Nascente deveria ser realizado apenas por Macau<sup>116</sup>. Evidentemente, os japoneses não pretendiam que os europeus decidissem quem, entre eles, poderia fazer comércio com o Japão.

As trocas mercantis entre Macau e Japão se concentravam majoritariamente no comércio da prata japonesa e da seda sínica, sendo a seda crua a mais exportada. As de melhor qualidade vinham da China Central, presentes nas feiras bianuais de Cantão, nas quais os portugueses possuíam autorização para ir e alcançavam a cidade a partir de Macau diretamente pelo rio das Pérolas. Os contatos eram feitos, por muitas vezes, com um ano de antecedência, mas os pagamentos e contratos podiam ser feitos numa feira e as mercadorias serem entregues na seguinte<sup>117</sup>. A prata japonesa, no auge do comércio Macau-Nagasaki no último quarto do século XVI, foi exportada anualmente com o valor de aproximadamente "um milhão em ouro"<sup>118</sup>.

O comércio entre japoneses e portugueses era tão rentável que os lusos, segundo Boxer, não tinham razão para continuar a cruzarem esses mares temerosos à procura de novos mundos para conquistar, uma vez que a China e o Japão forneciam um mercado mais que suficiente para sua ganância comercial e para seu zelo religioso<sup>119</sup>. Outro "produto" de exportação vindo do Japão eram os escravos e prisioneiros de guerra coreanos. Este tráfico foi umas das razões pela qual o governo Hideyoshi expulsou os jesuítas em 1587<sup>120</sup>.

Um dos principais cargos na viagem anual ao Japão era o de Capitão-mor, que inicialmente era nomeado pela Coroa, mas logo se tornou um cargo comprado e vendido em Goa para quem pagasse a maior quantia<sup>121</sup>. O capitão-mor era responsável por equipar o seu próprio navio, porém, em alguns casos, o rei providenciava um navio com uma adequada segurança<sup>122</sup>. Tal ofício era bastante disputado, em vista do lucro bastante significativo. Desde

---

<sup>116</sup> Ib., 1989, p. 3

<sup>117</sup> Ibidem, 1989, p. 5

<sup>118</sup> Ibidem, 1989, p.6.

<sup>119</sup> Idem, **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968, p. 19.

<sup>120</sup> Idem, **Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p. 7

<sup>121</sup> Ib., 1989, p. 7.

<sup>122</sup> Idem, **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968, p. 5.

a fixação em Macau até 1623, o Capitão-mor exercia o cargo de governador de Macau interino, enquanto estivesse no porto<sup>123</sup>. Este oficial também possuía muito prestígio aos olhos das autoridades locais de Nagasaki, além de ser bem recebido quando aparecia nas ruas ou quando fazia visitas aos funcionários, tendo uma escolta armada, uma banda de música e uma multidão de escravos negros<sup>124</sup>. Os mercadores que iam ao Japão pelo grande navio negro tinham que ter uma licença dada pelo Senado de Macau e pelo Capitão-mor para poderem embarcar, e embora não se tenha certeza sobre o número destas pessoas, estima-se que fosse em média duzentos ou mais<sup>125</sup>.

A relação comercial lusa-japonesa pode ser dividida em distintos momentos, sendo o primeiro em 1543 e 1570, quando a rota começa a tomar forma. Muitos dos *daimiôs* tentavam chamar os comerciantes portugueses para o seu território e descobriram que os jesuítas poderiam servir como um forte argumento para a comercialização com os lusos<sup>126</sup>. O segundo período se inicia quando o porto de Nagasaki, em 1571, é cedido à Companhia de Jesus por Omura Sumitada, o primeiro *daimiô* que se converteu ao cristianismo<sup>127</sup>. O contato com os portugueses resultaram numa emergente população cristã japonesa, o que desagradava os líderes nipônicos, uma vez que os habitantes locais deixaram de obedecer às leis emanadas pelas autoridades japonesas e começaram a destruir os templos<sup>128</sup>.

Em razão disso, a ordem dada pelo *shogun* era a de expulsar os religiosos, mas não os comerciantes. Estes deveriam continuar as atividades comerciais na região. O comércio luso com o Japão se estendeu por quase um século, até 1639, quando os portugueses foram expulsos do arquipélago em caráter definitivo e por meio de atos chocantes que visavam impressionar os sobreviventes<sup>129</sup>. Por volta do ano de 1590, a administração da cidade e porto de Nagasaki, que estavam nas mãos dos jesuítas e do Capitão-mor, foi tomada por Hideyoshi<sup>130</sup>.

Outra figura extremamente importante no comércio com o Japão era a dos jesuítas, que

<sup>123</sup> Idem, Grande Navio de Amacau; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p.8.

<sup>124</sup> Ib., 1989, p. 9.

<sup>125</sup> Ib., 1989, p. 10.

Daimiô é o termo que designa os homens pertencentes à aristocracia guerreira nipônica dos séculos XV-XIX

<sup>126</sup> LOUREIRO, Rui Manuel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. **Revista de Cultura**, Macau, v. 3, n. 24, p. 33-51, out. 2007, p. 35.

<sup>127</sup> Ib., 2007, p. 35.

<sup>128</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 248

<sup>129</sup> LOUREIRO, Rui Manuel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. **Revista de Cultura**, Macau, v. 3, n. 24, p. 33-51, out. 2007, p. 34.

<sup>130</sup> BOXER, Charles Ralph, **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.]Oxford University Press, USA, 1968, p. 44.



durante longos períodos foram considerados os intermediários do comércio português no Japão, visto que eram linguistas exímios<sup>131</sup>. Estes missionários chegaram na região no ano de 1549, liderados por Francisco Xavier SJ<sup>132</sup>. Eles se tornaram mais próximos da comunidade de Nagasaki do que os próprios comerciantes, criando laços afetivos e diplomáticos com os indivíduos da cidade<sup>133</sup>. Em meados do século XVI, as missões religiosas se expandiram por Kyushu e Honshu, e muitos mercadores favoreciam os jesuítas que, em troca, faziam a conexão entre os comerciantes e os *daimiôs* – a aristocracia guerreira japonesa dos séculos XV-XIX<sup>134</sup>.

Devido ao papel dos jesuítas no trato comercial, houve certa relutância por parte dos governos de Hideyoshi e de Ieyasu em se fazer cumprir os seus éditos anti-cristãos, pois tinham receio de que os comerciantes estrangeiros parassem de vir ao Japão após a expulsão dos missionários<sup>135</sup>. Contudo, ainda que se proibisse a presença de jesuítas na região, os portugueses continuaram a desembarcar, clandestinamente, padres disfarçados de leigos<sup>136</sup>. Como a ordem não se estendia aos mercadores, era possível mandar os missionários junto aos mercadores, ainda que os japoneses suspeitassem dos recém-chegados. Para além da ameaça cristã, um outro motivo pelo qual se deu o fim do trato com o arquipélago foram as transformações políticas japonesas ocorridas na segunda metade do século XVI, que levaram ao fim da guerra civil no país<sup>137</sup>.

Esse rompimento comercial trouxe grandes infortúnios para Macau, visto que esse trato era de extrema importância para a península, chegando a fazer com que os mercadores se arriscassem perante as perseguições sofridas, pois os lucros que obtinham eram altíssimos. Em 1639, os navios portugueses, que estavam sob o comando de Vasco de Almeida, foram bloqueados e impedidos de desembarcar suas mercadorias. Nessa altura os nipônicos já tinham deixado claro o seu desinteresse de comercializar com os lusos, e no mesmo ano saiu mais um édito que proibia o trato dos portugueses com o Japão, desta vez definitivo<sup>138</sup>.

<sup>131</sup> Idem, **Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p. 10.

<sup>132</sup> LEÃO, Jorge Henrique Cardoso Leão. Mercadores portugueses e jesuítas no Japão no século 16. In: PINTO, Luciano Rocha (org). **História Revistas: sobre instituições, corpos e ‘almas’**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013. p. 7

<sup>133</sup> ib., 2013, p. 8

<sup>134</sup> Ib., 2013, p. 8.

<sup>135</sup> BOXER, Charles Ralph. **Grande Navio de Amacau**; trad. Manuel Leal Vilarinho. 4a ed.[Lisboa]: Fundação Oriente; Macau: Museu e Centro de Estudos Marítimos, 1989. - XV, 330 p. 10.

<sup>136</sup> Ib., 1989, p. 10.

<sup>137</sup> LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: As relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI-XVII)**, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Bahia, 2020, p. 130.

<sup>138</sup> Ib., 2020, p. 130.

Em virtude das ações feitas pelas figuras religiosas, o comércio entre os portugueses estabelecidos em Macau e os japoneses foi cessado. A atividade comercial, que geralmente foi realizada em comunhão com a religião, teve o seu fim no Japão, o que refletiu na economia dos portugueses na China. Mas, se em terras nipônicas a presença dos religiosos foi responsável pelo fim do comércio, em Macau foi devido a eles e às suas obras que o comércio foi tomando forma e se sustentando. A Santa Casa de Misericórdia de Macau teve um papel fundamental nas diferentes relações comerciais exercidas na região e ajudou muitos dos comerciantes nas suas aventuras mercantis. É por meio dessa instituição que se desdobra um novo tipo de comércio a partir do território, que auxilia a vida quotidiana dos habitantes de Macau e fortalece as relações humanas.

### Capítulo 3: A Santa Casa da Misericórdia em Macau

A presença cristã foi essencial para a fundação do estabelecimento ibérico em Macau. Ali os religiosos encontraram um lugar fácil de evangelizar, já que existia uma predisposição a acreditar na Igreja e em Deus, fruto da grande influência do Padroado Português no Oriente<sup>139</sup>. Tal Padroado compunha-se de um conjunto de privilégios e encargos concedidos pela Igreja a um fundador de igrejas, capelas e benefícios<sup>140</sup>. A Igreja exercia um papel fundamental no estabelecimento luso em terras distantes, uma vez que era tida como uma guarda avançada de apoio aos mercadores e a outros interesses que pudessem surgir<sup>141</sup>. A partir do panorama hierático, é possível conhecer o passado de Macau, pois em diferentes textos escritos por alguns dos devotos, podem-se conhecer certos aspectos da vida quotidiana na região asiática. Contudo, o número desses textos, que se refere a Macau, são escassos e um tanto recentes aos fatos que examinam.

Um dos elementos mais característicos dos assentamentos do Império Português, em diversas regiões, é a presença da Santa Casa da Misericórdia. Essa instituição foi um dos pilares primordiais da identidade portuguesa no ultramar. A Santa Casa exercia distintos papéis na sociedade macaense, podendo ser, ao mesmo tempo, uma instituição caritativa, um banco, uma testamenteira, uma seguradora, uma agência comercial e, posteriormente no século XIX, uma casa de jogos e loterias<sup>142</sup>. Essa organização tinha como principal objetivo a salvação das almas, a partir das missas, dos sacramentos e da extrema-unção, para mais, os cuidados com o corpo – casa, cama, comida, remédios – também eram oferecidos aos necessitados e, por muitas vezes, também se ofertava aos não cristãos<sup>143</sup>.

A origem da Santa Casa da Misericórdia em Macau não é bem esclarecida, posto que não há muitas documentações sobre tal assunto. Em algumas obras, pode-se encontrar a autoria da fundação nas mãos do bispo e patriarca jesuíta Melchior Carneiro, que a teria instituído logo após sua chegada na região, em 1567, sendo a sua inauguração no ano de 1569<sup>144</sup>. Contudo, não há base documental que, rigorosamente, determine quem foi o fundador da Santa Casa, ainda que grande parte das obras e estudos assinalem o jesuíta como o precursor da irmandade. Uma dessas produções é a obra sobre a "História da Assistência",

<sup>139</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p 381.

<sup>140</sup> *Ib.*, 2011, p. 381

<sup>141</sup> *Ib.*, 2011, p 381

<sup>144</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011. p. XVII.

escrita por Rodrigues da Silva e publicada em 1954. Nela há o seguinte trecho sobre a gênese da organização:

A Santa Casa da Misericórdia de Macau foi fundada em 1569 pelo jesuíta D.Melchior Carneiro, bispo de Nicéia e governador do Bispado da China e do Japão, chegado a esta cidade (conhecida então ainda por "Povoação do Nome de Deus do Porto de Macao na China") em fins de Maio de 1568 e aqui falecido em 19 de Agosto de 1588. O mesmo grande prelado, considerado como o primeiro bispo de Macau, fundou também, ao que parece, nesse mesmo ano ou pouco depois, o "hospital dos pobres" ou dos "enfermos" (atual hospital de S. Rafael) e o "hospício dos leprosos" ou dos "lázaros" cujo nome veio a receber a ermida anexa de Nossa Senhora da Esperança (atual igreja de S. Lázaro)<sup>145</sup>.

Uma coisa que se deve levar em consideração é que a instauração da irmandade necessitava de um número maior de pessoas e que, para Melchior conseguir tal feito, era preciso que já existisse uma base preparada e organizada por uma comunidade já presente na região. Segundo Leonor Diaz de Seabra, quando chegou à cidade, o jesuíta poderia ter se encontrado com uma pequena irmandade em funcionamento ou poderia ter atraído as elites locais para organizar uma nova Misericórdia, mobilizando uma colaboração entre a Companhia e as irmandades<sup>146</sup>. A partir disso, se estabelece a estreita cooperação religiosa, caritativa e social, entre Misericórdias e Jesuítas espalhados pela região<sup>147</sup>. Os jesuítas eram os pregadores preferidos da Santa Casa, e exerciam importantes funções dentro da Misericórdia, como a de direção. Além disso, ocupavam os cargos de escrivão e provedor, ambos sendo os mais influentes e decisivos na vida diária da Irmandade<sup>148</sup>.

Além dos jesuítas, outras ordens missionárias estavam presentes na península macaense, como a ordem de São Francisco, a primeira a chegar, em 1580. Depois vieram os Agostinianos, em 1586<sup>149</sup>. Em seguida, se estabeleceram os Dominicanos em Macau, por volta de 1587, instaurando o seu convento, consagrado a Nossa Senhora do Rosário, pelas mãos dos padres António de Arcediano, Alonso Delgado e Bartolomeu Lopes<sup>150</sup>. Por último, entram as Clarissas, em 1633 quando da vinda de seis freiras, essas que receberam do Senado Receberam do Senado a quantia de sessenta pardaus para cada mês para sustento<sup>151</sup>. Apesar desses grupos estarem no mesmo ambiente que os jesuítas, não conseguiram se destacar entre eles, deixando os últimos numa posição de destaque em Macau. Os jesuítas possuíam vários

---

<sup>145</sup> Ibidem, 2011, p. 70.

<sup>146</sup> Ibidem, 2011, p. 48.

<sup>147</sup> Ib., 2011, p. 48

<sup>148</sup> Ibidem, 2011, p. 39.

<sup>149</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 388.

<sup>150</sup> Ib., 2011, p. 388.

<sup>151</sup> Ib., 2011. 388, p. 388-389.

conhecimentos especializados sobre matérias de direito, especialmente, canônico, que ajudavam a irmandade a enfrentar os desastres provocados por naufrágios e mortes dos mercadores<sup>152</sup>.

A existência da irmandade foi tornando-se necessária no decorrer do aumento da comunidade, quando se fazia necessário a existência de um órgão que defendesse os habitantes dos riscos contingenciais e que facilitasse a vida dos moradores. A proteção contra as doenças, as epidemias e os falecimentos era prestada pela Santa Casa, que também trabalhava em função das crianças abandonadas em suas portas, isto é, deixadas em cestas próprias para esse fim<sup>153</sup>. A instituição era composta por missionários que zelavam pela população, exercendo um papel de referência moral e de assistência aos mais carentes. Os seus recursos eram, em teoria, utilizados no exercício da caridade, entretanto, a maior parte do dinheiro ia para as despesas com capelães, missas e empréstimos a juros, e também para a construção e para as reformas feitas nas igrejas e capelas da região<sup>154</sup>.

As Santas Casas da Misericórdia tinham que prestar assistência de acordo com as conhecidas catorze obras de misericórdia, que se dividiam em dois grupos: as sete corporais e as sete espirituais. As primeiras concentravam as atividades relacionadas ao corpo, como remir os cativos e visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos, dar de beber a quem tem sede, dar pousada aos peregrinos e pobres e, por fim, enterrar os mortos<sup>155</sup>. Os cuidados espirituais concernem ao ensinamento para os mais simples, dar bom conselho a quem o pede, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes e desconsolados, perdoar a quem errou, sofrer as injúrias com paciência e, finalmente, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos<sup>156</sup>. Apesar de ser necessário o amparo a todas essas obras, apenas algumas delas eram assistidas, sendo a mais importante a reza da missa pelos mortos.

A Santa Casa obtinha o seu sustento por meio das heranças e legados deixados por pios ricos e mercadores situados em Macau, que doavam à Misericórdia para cobrir as despesas e ações caritativas. Essa informação é tirada da carta ânua de 16 de janeiro de 1596, escrita em Macau por Duarte Sande, que diz:

---

<sup>152</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011. p. XVII. 2011, p. 37

<sup>153</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 66.

<sup>154</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011. p. 25.

<sup>155</sup> *Ibidem*, 2011, p. 85.

<sup>156</sup> *Ib.*, 2011, p. 85.

Ouve também pelo Natal do anuo passado algumas mortes repenlinas nesta terra e entre os que falecerão, foi hum homem muito devoto e amigo desta casa, que se confessava com o padre reitor dela, havia ja muito tempo, e muito frequentemente, sendo de idade de mais de sincoenta annos e vivendo com grande exemplo sem nunca aver querido casar; este como também morreu quasi de repente que apenas se pode confêssar. sem ter tempo de fazer mais testamento, que dizer em prezença dalguas testemunhas que elle tinha mai em Portugal, a qual não sabia se hera viva, e que sendo viva toda a "terça" de que elle podia testar queria que se entregasse ao padre reitor desta casa para que com parecer do padre reitor do Ciollegio a gastasse e despensasse em obras pias e, sendo sua mai falecida, de tudo remanicante fizesse o mesmo: e porque elle estava rico, pondo-se a parte pelos irmãos da Mizencordia o que cabia a sua mai, o restante que pertencia a sua terça se entregou aos padres os quais o repartirão todo em obras pias, fazendo-se grossas esmollas para casamentos de diversas órfãs e repartindo-se mui desenteressadamente em outras obras pias com grande edificação de toda esta cidade.[sic]<sup>157</sup>.

A vida econômica do assentamento se baseava no comércio, do qual todos procuravam compartilhar dos lucros obtidos por meio das viagens marítimas, até mesmo as instituições:

As instituições públicas, quer civis quer religiosas, e os indivíduos particulares empregavam o seu dinheiro no comércio marítimo com lucros bastante compensadores. Estes eram tão elevados que muita gente contraiu empréstimos com 20% e 25% de juro para colocar esse dinheiro a risco. Ora, este risco era muito real, pois o naufrágio de uma nau de prata ou o seu apresamento pelos holandeses, um assalto de piratas a um barco, uma viagem desastrosa significava a ruína de muitos, reduzindo os ricos à miséria.[sic]<sup>158</sup>.

A Santa Casa de Macau também financiou muitas das viagens comerciais feitas ao Japão, usando do dinheiro de heranças, que emprestava a juros elevados. Frente aos altíssimos riscos de perda de carga e o interesse de os diminuir ao máximo, as elites locais negociavam o frete das mercadorias entre os proprietários de embarcações e os principais investidores. Faziam isso por intermédio dos empréstimos angariados da Santa Casa, um dos principais recursos monetários da região. Esta prática de pegar dinheiro emprestado com a irmandade, feita desde o século XVI, alcançou, em 1641, um significado decisivo para a sobrevivência do enclave português. A Instituição cristã, em Macau, se tornou de extrema importância para a vida dos mercadores que viviam na região, garantindo não só as suas viagens, como o futuro de suas famílias, caso acontecesse algum imprevisto mar a fora.

Havia uma grande dependência de distintas famílias em relação à Instituição, que amparou também os endividados. Eram fornecidas quantias de dinheiro que pudessem assegurar e sustentar uma boa imagem às famílias em situações de vulnerabilidade. Contudo, muitas dessas famílias não eram ajudadas publicamente, pois ainda queriam aparentar estar numa posição social superior. Esse tipo de ajuda se dava aos "pobre

---

<sup>157</sup> Ibidem, 2011, p. 36.

<sup>158</sup> Ibidem, 2011, p. 75.

envergonhados", para manter uma hierarquia social. Essa polícia auxiliava na não exclusão de grupos, que geralmente eram compostos por mulheres viúvas, meninas órfãs, meninas sem dote para o casamento e afiliados da família que não possuíam a presença de um pai ou marido<sup>159</sup>.

Um dos envolvidos nesse esquema de empréstimos era o Senado da Câmara de Vereadores de Macau, resultando numa dívida que totalizava, em 1691, o valor de dois mil taéis, com de juros de 7%<sup>160</sup>. A irmandade era como um banco, de onde grande parte da população, ricos ou pobres, conseguiam pegar dinheiro emprestado ou receber ajuda financeira. Pode-se conceber que a existência dessa organização foi essencial para a sobrevivência dessa comunidade lusa e macaense no território asiático, uma vez que diferentes estratos sociais conseguiam receber assistência e hospitalidade da Santa Casa, incluindo mulheres e crianças, não cristãos e estrangeiros.

O carácter comercial da instituição é posto em evidência, assim como acontece nas outras unidades da Misericórdia espalhadas pelos enclaves portugueses ao redor do mundo, quando um dos bispos da arquidiocese disse que tudo em Macau se comercializava, até mesmo os mortos, uma vez que os seus legados também eram deixados com a condição de estarem nas atividades mercantis marítimas<sup>161</sup>. A fortuna da Santa Casa macaense se assentava, segundo Charles Boxer, na enorme quantidade de dotações da grande burguesia local, que logo eram distribuídas em caridades:

[...] Muitos legados e doações eram feitas por motivos puramente filantrópicos, como, por exemplo, a soma principesca legada por Martha Merop à Misericórdia de Macau. Também os escravos beneficiavam, frequentemente, com a caridade dos testadores que deixavam alguns ou todos os seus escravos à Misericórdia local, com a condição de que deveriam ser libertados, se trabalhassem satisfatoriamente durante um determinado período de tempo. A idade de ouro das Misericórdias asiáticas abrangeu a maioria do século XVI e o princípio do século XVII. As Misericórdias, como outras obras pias do mundo ibérico, funcionaram também, por vezes, como banqueiros e corretores<sup>162</sup>.

---

<sup>159</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011. p. 8.

<sup>160</sup> MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 325.

<sup>161</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011, p. 75.

<sup>162</sup> *Ibidem*, 2011, p. 87

O padre Manuel Teixeira – famoso historiador português de Macau – conecta o prestígio social e a prosperidade econômica da Santa Casa em Macau à aprovação do seu novo Compromisso em 1627. A partir dele, a organização se torna a mais influente instituição assistencial do território de Macau, e as suas provedorias e mesas eram desejadas pelos mais poderosos. Para mais, os seus cofres encheram-se com muitos legados, que foram distribuídos nas obras caritativas e hospitalares<sup>163</sup>. Os seus irmãos eram pessoas de maiores condições, pois nenhum dos indivíduos, pertencentes a diminuta população branca, queria pertencer à classe dos trabalhadores braçais<sup>164</sup>.

O cargo mais importante na irmandade era o de Provedor, ou presidente do conselho de curadores. Esse cargo era conquistado a partir de uma eleição anual, e o senhor que ocupasse tal ofício teria que dispor de bastante tempo livre<sup>165</sup>. Mas quando o provedor não estivesse disponível, o seu trabalho era delegado ao escrivão. O cargo do provedor era visto com bastante prestígio, por conta do seu alto estatuto social<sup>166</sup>. Ele podia, por meio do apoio majoritário da comissão, tomar certas resoluções, exceto quando se tratava de assuntos eleitorais, daí teria que se reunir com a assembleia geral<sup>167</sup>. No início, apenas os portugueses e seus descendentes eram autorizados a cumprir tal papel, mas no início do século XIX, em 1821, esta já não era mais uma condição em vigência<sup>168</sup>.

O provedor da Santa Casa de Macau deveria, assim que eleito, nomear dois irmãos para serem os visitantes dos presos e pobres, e mais outros dois irmãos para serem os visitantes dos lázaros e do hospital, assim como do Bairro do Patane. Também deveria escolher dois confrades para visitarem o Bairro de São Lourenço e de Nossa Senhora do Parto, e por fim, mais dois irmãos para assegurar as visitas aos órfãos<sup>169</sup>. Ao provedor também tangia a presidência de todas as Juntas e Mesas, e os demais deviam lhe obedecer ordens "por serviço de Deus"<sup>170</sup>. Esse posto acompanhava mais doze conselheiros ou oficiais na direção da confraria, eleitos também anualmente, por volta de junho e julho.

Além do trabalho aos pobres, a instituição também se dedicava aos cuidados dos órfãos, especialmente à orfandade feminina. Em decorrência do grande número de morte nos

---

<sup>163</sup> Ibidem, 2011, p. 71.

<sup>164</sup> BOXER, Charles Ralph. **O Império Colonial Português 1415-1825**. Lisboa, 1969, p. 275.

<sup>165</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011, p. 86.

<sup>166</sup> Ib., 2011, p. 86.

<sup>167</sup> Ibidem, 2011, p. 78.

<sup>168</sup> Ib., 2011, p. 78.

<sup>169</sup> Ibidem, 2011, p. 427.

<sup>170</sup> Ib., 2011, p. 428.



mares, muitas mulheres ficavam viúvas e órfãs, o que acabou contribuindo para a crescente quantidade de mulheres na região, chegando a ultrapassar a população masculina. O número foi tão elevado que o Frei José de Jesus Maria, no século XVIII, declarava a Cidade do Santo Nome de Deus como a "cidade das mulheres"<sup>171</sup>. Ressalta-se que as mulheres presentes na região eram majoritariamente asiáticas, vindas do Japão, Malaca, China, Filipinas e outras localidades, uma vez que se proibia o transporte de mulheres europeias para a Ásia. A miscigenação se iniciou quando muitos portugueses se casaram com as mulheres locais a fim de adquirir a posse de terras. Esta política foi concebida por Afonso de Albuquerque, que tinha o propósito da rápida povoação e vinculação à terra, em que se fosse criando novas gerações de nativos dos enclaves portugueses para a maior segurança do seu estabelecimento<sup>172</sup>.

Os primeiros moradores da península dificilmente se misturavam com a população chinesa, por conta das recorrentes ordens de afastamento para com o estrangeiro emitidas pelo governo chinês. Sendo assim, o que sobrava para os ibéricos era relacionarem-se com mulheres asiáticas vindas de outras regiões, sendo escravas, prostitutas ou órfãs. Quando se casavam com chinesas, estas eram adquiridas por meio de raptos, compras, negociações e resgates escravistas<sup>173</sup>. As famílias macaenses foram erguidas por mulheres chinesas e asiáticas de baixa renda – as *muitsais* – que foram comercializadas a partir do auxílio das próprias autoridades chinesas locais. Essas mulheres constituíam o setor mais frágil da sociedade, ainda que cruciais para o engendramento de famílias mercantis. O meio mais recorrente para a aquisição das *muitsais* era pelo comércio de crianças roubadas ou revendidas. Com a existência de uma política infanticida feminina, os pais que tinham uma menina, principalmente se esta fosse a primogênita, a vendiam, ao invés de matá-la, para conseguir algum dinheiro ou bem material, pressionados pela miséria.

As mulheres eram as que mais sofriam perante os naufrágios, pois perdiam maridos e filhos, ocasionando numa grande população necessitada de cuidados da Santa Casa, esta que não conseguia ajudar a todas. Elas se tornaram, nessa conjunção, pedras angulares na estruturação do mercado matrimonial, que se demonstrou útil na composição de parentescos

---

<sup>171</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. Manso, M. De D. B. Escravatura, concubinação e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. *Afro-Ásia*, n. 49, 2014. p. 110.

<sup>172</sup> RANGEL, Alexandra Sofia. **Filhos da Terra - A Comunidade Macaense, Ontem E Hoje**. Macau, 2012, p. 37.

<sup>173</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. Manso, M. De D. B. Escravatura, concubinação e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. *Afro-Ásia*, n. 49, 2014. p. 107.

euro-asiáticos e na reprodução de famílias mercantis<sup>174</sup>. O mercado nupcial se baseava na mobilização da subalternidade social feminina que circulava no território<sup>175</sup>. Muitas das ações testamentárias incluíam cuidados com as órfãs, dando quantias de dinheiro para a sua libertação ou para o dote necessário para o casamento. Assim:

[...] Em 1604, as disposições testamentárias de António da Costa prescreviam dotações matrimoniais mais rigorosas. Para além de legar 100 taéis para apoiar o casamento de duas filhas de Lopo Vieira, o nosso testador confiava os rendimentos e as suas casas à Misericórdia para promover o matrimónio de um Simão com uma “moça Catarina” e o casamento de um Francisco com uma “moça Marta”. Caso estes “convidados” nubentes masculinos não acessem a estes casamentos, as verbas dos dotes deveriam ser entregues pela Misericórdia às duas moças: “declaro que se Simão não casar com Catarina e Francisco com Marta, em tal caso não terão eles parte alguma nas ditas casas, senão elas e os maridos com quem elas casarem, por que minha tenção é dá-las para remédio do casamento delas<sup>176</sup>”.

Também se alforriavam escravas a partir dos testamentos deixados por seus senhores, ocasionando numa libertação da escravatura feminina que levava estas mulheres ao mercado nupcial de Macau. É o que mostra o seguinte trecho:

No testamento depositado a 30 de Outubro de 1635, Francisco Fernandes mobiliza a Santa Casa para proteger e apoiar o casamento de uma de suas escravas, cuja história rememora, esclarecendo que “comprei uma menina por nome Luísa sendo de idade de vinte dias, não com tenção de cativo senão com amor de filha, a quem fui criando com o mesmo amor que, se algum tempo houver, alguns impedimentos como no mundo sucedem, declaro que a deixo forra e livre para todo o sempre. Deixo-lhe 500 patacas para gastos no Japão e Manila ate ter idade de casar [*sic*]<sup>177</sup>”.

Essas escravas libertas, depois de casadas, podiam dispor até mesmo de escravas chinesas – as cativas – quando construísem sua própria unidade doméstica. E em seus testamentos, poderiam alforriar suas escravas e deixar dotes para os casamentos delas. Esse ciclo era bastante recorrente na comunidade macaense, em que as mulheres se tornavam uma engrenagem fundamental para a perpetuação desse sistema.

A partir dessas cartas é possível levantar o questionamento acerca da existência de um sistema escravista em terras macaenses. Como marca as cartas, grande parte do tecido social macaense era escrava, principalmente as mulheres, que eram majoritariamente de origem asiática - japonesas, malaias, indianas, entre outras<sup>178</sup>. Com a imensa dificuldade de contatar as mulheres chinesas e pela falta das europeias, os comerciantes, soldados, agentes políticos e

---

<sup>174</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011, p 134.

<sup>175</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. Manso, M. De D. B. Escravatura, concubinação e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. **Afro-Ásia**, n. 49, 2014. p. 106.

<sup>176</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011, p 159

<sup>177</sup> *Ibidem*, 2011, p. 149.

outros optaram por recorrer à compra de escravas, ao rapto, à negociação e ao resgate escravista<sup>179</sup>. Os lusos-macaenses tiveram que, por muito tempo, apelar a se relacionar com as mulheres subalternas da sociedade macaense.

A escravidão em Macau teve um papel essencial na defesa da cidade, pois muitos dos escravos também eram envolvidos nas atividades militares empreendidas pelos portugueses<sup>180</sup>. Os escravos eram levados juntos aos lusos para as batalhas, a fim de defender o enclave. Durante o ataque dos holandeses, em 1622, muitos dos escravos foram postos para batalhar, isso porque havia um ínfimo número de soldados<sup>181</sup>. Além de estarem presentes na atuação militar, os escravos também estavam inseridos nas trocas comerciais. Alguns destes possuíam até seu barco próprio e participavam do comércio com o Japão, auxiliando os portugueses nos tratos comerciais.

A escravidão era sustentada pela oferta e demanda de meninas. As escravas eram compradas quando ainda estavam passando pela infância e cresciam junto da família ou homem que a compravam. A Santa Casa também cuidava das enjeitadas, mas, quando não havia mais espaço para as receber, eram entregues a mãe adotivas que recebiam um pequeno subsídio mensal para ajudar na criação das meninas até os sete anos de idade<sup>182</sup>. Passando dessa idade, a irmandade não se interessava mais no cuidado das enjeitadas, e passava a não mandar mais subsídios às mães adotivas. Com isso, as crianças eram obrigadas, por sua responsável, a pedir esmolas, com a finalidade de assegurar a sua sobrevivência. Isso ocasionou em um grande número de meninas acabando na prostituição<sup>183</sup>.

Durante o fim do século XVI, a prática de resgatar e comprar crianças e jovens chinesas - tanto de origem pobre como as que foram submetidas à orfandade da terra - era realizada com a permissão das autoridades locais<sup>184</sup>. Vale ressaltar que, por conta da miséria, as famílias sínicas preferiam os meninos às meninas, pois estas não podiam oferecer para suas famílias a ajuda econômica idealizada, tal como os meninos. Então muitas meninas foram mortas, vendidas ou abandonadas na China durante este período. A Misericórdia de Macau auxiliava a subalternidade feminina de Macau e geria a distribuição destas mulheres

---

<sup>178</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011, p 134.

<sup>179</sup> *Ib.*, 2014, p. 107.

<sup>180</sup> TAVARES, Daniel Valensuela — Macau: Uma sociedade escravagista (séculos XVI-XVIII)? **Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2017**. Volume 3 (2018), pp.244-269.

<sup>181</sup> *Ibidem*, 2018, p. 261.

<sup>182</sup> SEABRA, Leonor Diaz de. Manso, M. De D. B. Escravatura, concubinação e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. **Afro-Ásia**, n. 49, 2014. p.111.

<sup>183</sup> *Ib.*, 2014, p. 111

<sup>184</sup> *Ibidem*, 2014, p. 108.

no comércio matrimonial de Macau<sup>185</sup>. O que se observa é que foi devido ao papel crucial destas mulheres que Macau conseguiu se amparar.

A Santa Casa da Misericórdia em Macau foi um dos grandes braços fortes que sustentou a permanência dos ibéricos na região, a partir do desempenho de diferentes papéis sociais que ajudaram na vida quotidiana dos habitantes. Do comércio à saúde, a sua assistência proporcionou uma maior chance de sucesso e sobrevivência do assentamento, assim como colaborou na segurança do comércio marítimo feito pelos mercadores. A circulação de bens e de pessoas foi coordenada por essa poderosa instituição cristã, que fez do enclave português uma terra multicultural em funcionamento.

---

<sup>185</sup> Ib., 2014, p. 109.

## CONCLUSÃO

Este trabalho se dedicou à investigação acerca do estabelecimento e sobrevivência da presença portuguesa em Macau, visto que, apesar de ser uma terra bastante conveniente para a execução do comércio, apresentou diversos desafios para os lusos desde o seu primeiro contato até o fim da ocupação. A China nem sempre foi hospedeira, principalmente aos estrangeiros de quem os chineses não possuíam uma boa impressão e fama, tal como os *Fo-lang-ki* (os portugueses), uma vez que o país se encontrava centrado em si mesmo, isto é, não tinha contato com qualquer nação estrangeira e tomava bastante cuidado quando tratava com os países que lhe prestavam vassalagem, mostrando o cuidado e preocupação que tinham com o seu território e soberania. A China, aos olhos dos próprios chineses do século XVI, era o exemplo de civilização, enquanto que os outros, com costumes e culturas diferentes, eram vistos como bárbaros, aqueles com quem não se tinha pretensão de contatar-se.

Os portugueses tiveram que enfrentar muitas adversidades e preconceitos ao se relacionarem com esse outro mundo. De forma alguma pode-se dizer que a ocupação feita por eles ocorreu da mesma maneira como no Brasil, na África portuguesa, na Índia ou no Timor, já que, para se ter o passe para a permanência em Macau, pagava-se o foro do chão ao imperador chinês. Além disso, os portugueses obedeciam a muitas leis e ordens vindas da autoridade sínica, não podendo nem mesmo fazer construções sem o consentimento da soberania chinesa. Viviam sob a jurisdição do Império do Meio. Apesar dessa configuração, os portugueses souberam agir em favor dos habitantes de Macau e lograram êxito por muitos anos nas atividades comerciais. Aproveitam-se da atividade corrupta de alguns chineses para conseguir passes e certas autonomias, a fim de se ter um maior lucro e uma certa qualidade de vida mediante a situação.

O comércio foi a pedra angular na construção do assentamento português na Ásia. As atividades com o Japão e outros vizinhos foram o que sustentaram, por bons anos, a presença dos portugueses em Macau. Com a proibição que os dois países, China e Japão, fizeram sobre as atividades comerciais entre eles - devido às razias que os piratas japoneses (*wako*) exerciam contra os chineses - os portugueses puderam ser os intermediadores nessas trocas mercantis e lucrar com a inimizade entre as duas nações até meados do século XVII. Essa conjuntura facilitou a continuidade dos portugueses na região e fez com que a sua presença fosse desejada por um certo número de pessoas, como os nobres e comerciantes do Sul da China, que auferiram muitos rendimentos em razão da presença lusa em seu território.

A existência portuguesa no território foi sentida pelos habitantes e deixaram marcas na sua sociedade. Uma das maiores marcas da presença lusa em Macau é a existência da Santa Casa da Misericórdia. Esta famosa instituição foi fundada em Macau e, apesar das diferenças regionais, funcionou como todas as outras do Império Português: servindo como um importante apoio e amparo, tanto para a comunidade -nem sempre cristã e nem sempre portuguesa - como para o comércio. Funcionando como um banco, a Santa Casa emprestava quantias de dinheiro para o financiamento de viagens comerciais marítimas e gozava de muito prestígio social nas primeiras décadas. Junto de outras instituições governamentais e políticas de Macau, a Santa Casa organizava alguns aspectos da vida quotidiana macaense, principalmente no que se toca ao casamento e comércio nupcial. Dentro desse contexto, as mulheres se tornam objetos cruciais na estruturação de um comércio matrimonial que se tornou vital na organização de parentescos euro-asiáticos e na reprodução de famílias mercantis.

A presença lusa em meados do século XVI-XVII foi um fenômeno único e expressivo, do qual não se tem muita informação, pois muita documentação se perdeu e não há tantos estudos sobre tal caso partindo de ambas as visões, porém, atualmente, dispomos de certo número de trabalhos que contam com perspectivas tanto europeias quanto chinesas sobre esse evento histórico. Com isso, podemos ter uma maior diversidade de interpretações que acaba impulsionando um debate menos eurocêntrico e mais plural. As descobertas feitas através da pesquisa deste trabalho mostraram que a permanência do assentamento português em Macau não foi como em outras localidades de posse portuguesa, mas teve sua exclusividade e obedeceu à diferentes condições. Apesar de todas as adversidades, a comunidade macaense se desenvolveu a partir do encontro de diferentes culturas e conseguiu formar uma sociedade diversificada com sua própria identidade, onde o encontro de indivíduos plurais se transformou em algo único que possui sua própria singularidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, João de, III **Década da Ásia**. Lisboa: [s.n.], parte II, livro VI.

BOXER, Charles Ralph. **Expedições militares portuguesas em auxílio dos Mings contra os Manchus 1621-1647**. Macau, 1937.

BOXER, Charles Ralph. **Fidalgos in the Far East 1550-1770**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1968.

BOXER, Charles Ralph. **O Império Colonial Português 1415-1825**. Lisboa, 1969.

BOXER, Charles Ralph. **O Grande Navio de Amacau**. Macau: Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989.

BROOK, T.; JUN FANG; XIULI WANG. **The confusions of pleasure: commerce and culture in Ming China / Zong le de kun huo : Ming dai de shang ye yu wen hua, Guilin Shi**: Guangxi Shi Fan Da Xue Chu Ban She, 2016.

DOBADO, González Rafael. La globalización hispana del comercio y el arte en la edad moderna. In. **Estudios de Economía Aplicada**, 32, 1 jan, 2014.

FOK, Kai Cheong. Primeiras Imagens da Dinastia Ming Sobre os Portugueses. **Revista de Cultura**, Macau, n.23, p. 5-12, abril/junho. 1995. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30023/1781>.

FOK, Kai Cheong. The Macao Formula: The key to Four Hundred Years of Successful Interactions Between China and The West, In. **URP GCOE DOCUMENT 10 Chinese Cities and the Outside World: A Workshop For City, Culture and Society**. Osaka, 2011.

FOK, Kai Cheong. The Ming debate on how to accommodate the Portuguese and the emergence of the Macao Formula - The Portuguese Settlement and Early Chinese Reactions. In. **Revista de Cultura**. v.1, n. 13/14, p. 328-344. Disponível em: <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/20013/958>.

GUO, Jin Ping. **Lusofonia: História e Realidade**. v. 61, n. -3.o, p. 1057-1075, 2003

LEÃO, Jorge Henrique Cardoso Leão. Mercadores portugueses e jesuítas no Japão no século 16. In: PINTO, Luciano Rocha (org). **História Revistas: sobre instituições, corpos e 'almas'**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

LIMA, Maria Clara Porto. **Conciliando Interesses: as relações político-mercantis entre chineses, portugueses e japoneses no Mar da China (Séc. XVI e XVII)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

LOUREIRO, Rui Manuel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. **Revista de Cultura**, Macau, v. 3, n. 24, p. 33-51, out. 2007.

MONTEIRO, Anabela. **A Diplomacia a Serviço do Comércio: Macau no Séc. XVII**, Revista Portuguesa de História. v.1, n.36, p. 475-200, 1 jan 2003.

MONTEIRO, Anabela. **Macau e a Presença Seiscentista no Mar da China: Interesses e Estratégias de Sobrevivência.** Dissertação (Doutorado) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa - A China pelos olhos de Malaca : a Suma Oriental e o conhecimento europeu do Extremo Oriente. In CARNEIRO, Roberto, ed., MARTINS, Guilherme de Oliveira, ed. - **China e Portugal, cinco centúrias de relacionamento : uma leitura académica.** Lisboa : CEPCEP-Centro Nacional de Cultura, 2014,

RANGEL, Alexandra Sofia. **Filhos da Terra - A Comunidade Macaense, Ontem E Hoje.** Macau, 2012.

RÊGO, Débora Lopes do. **"Ocidentais a Serviço do Imperador": Requisitando Missionários para a Corte em Beijing, 1781-1785.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SÁ, Isabel Guimarães de. Ganhos da terra e ganhos do mar: caridade e comércio na Misericórdia de Macau (séculos XVII e XVIII). In. **Ler História.** 44, 2003

SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (Séculos XVI a XIX) Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio.** Universidade de Macau. Universidade do Porto. 2011

SEABRA, Leonor Diaz de. Manso, M. De D. B. Escravatura, concubinação e casamento em Macau: séculos XVI-XVIII. In: **Afro-Ásia**, n. 49, 2014.

SERGE, Gruzinski. **A Águia e o Dragão.** [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2015.

TAVARES, Daniel Valensuela — Macau: Uma sociedade escravagista (séculos XVI-XVIII)? **Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera**, 2017. Volume 3 (2018),

WOZNIAK-GIMÉNEZ, Andrea Beatriz. O Senado da Câmara de Macau, sua rede de relacionamentos e estratégias de sobrevivência nos séculos XVI-XVII, In. **Associação Nacional de História- ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História - 2007.**